

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso volta-se a temática da população em situação de rua, na perspectiva de abordar as expressões da questão social no Brasil contemporâneo e suas consequências no que tange a motivação de tal fenômeno.

O interesse por este tema de pesquisa surgiu através da experiência vivenciada no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, onde foi realizado o estágio na demanda de População em Situação de Rua.

Pautada na obra marxiana, compreende-se a questão social como a expressão mais profunda e desenvolvida de um tipo de exploração oriunda das contradições e antagonismos existentes entre capital e trabalho.

Em consonância com o pensamento de Yamamoto¹, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, as expressões da questão social tendem a agravar-se, uma vez que a riqueza produzida por parte da sociedade é apropriada privadamente, neste sentido, o desenvolvimento da questão social na contemporaneidade vai além das desigualdades econômicas das classes sociais, colocando em causa diversos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens por ela produzidos.

Pautado no pensamento da autora, compreende-se a população em situação de rua como resultado das relações sociais capitalistas, que em sua característica contraditória produz riqueza e pobreza na mesma magnitude, sendo um fenômeno complexo, ainda que não tenha sua origem na contemporaneidade, é intimamente agravado por algumas das principais características que conformam o mundo atual, tais como as constantes transformações políticas e econômicas, a globalização, a precarização das relações de trabalho, o desemprego, a individualização exacerbada e outras.

A população em situação de rua é um fenômeno social que cada vez mais se torna abrangente na sociedade, sendo um segmento caracterizado por várias concepções técnicas, políticas e ideológicas, a rua tem sido considerada um espaço de moradia e sobrevivência para muitos cidadãos.

No contexto social marcado por disparidade econômica proveniente da sociedade capitalista onde os rebatimentos da acumulação de capital refletem

¹ IYAMAMOTO 2001, p. 17

diretamente na classe trabalhadora em forma de desigualdade social, desemprego, pobreza, dentre outros, como a realidade da população em situação de rua da cidade de Caratinga-MG se configura enquanto expressão da questão social?

Neste sentido, o objetivo da pesquisa visa analisar a realidade da população em situação de rua e de que forma ela se configura enquanto expressão da questão social. Para tal é imprescindível reconhecer as expressões da questão social como reflexos do sistema capitalista, analisar e contextualizar a crise do capital a partir da década de 70, contextualizar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e seus mecanismos de proteção social em respostas às expressões da questão social, analisar o cenário brasileiro atual no contexto neoliberal, globalização e seus modos de exclusão, compreender a população em situação de rua como uma das expressões da questão social.

Como embasamento teórico será utilizado o Método crítico de Marx, e em autores como Netto, Yamamoto, Antunes, Silva, que trazem em suas obras uma discussão sobre a relação capital/trabalho, a temática questão social e a população em situação de rua.

Sua relevância se justifica principalmente na necessidade de compreender os motivos da invisibilidade, bem como a realidade enfrentada por este segmento da sociedade, com vistas a subsidiar o município de Caratinga - MG sobre a configuração desta população na cidade, trazendo dados que contribuam para um futuro desenvolvimento de ações voltadas às pessoas em situação de rua, além da contribuição acadêmica que proporcionará às alunas/pesquisadoras.

O referente estudo será dividido em dois capítulos, sendo que, no primeiro capítulo iremos abordar uma discussão sobre: A crise estrutural do capital e a sua fenomenologia histórica. E no segundo capítulo será discutido: A configuração da população de rua: uma análise histórica do mundo antigo à contemporaneidade e as formas utilizadas pelo Estado para seu enfrentamento, e por fim, a discussão dos dados da pesquisa.

CAPITULO I - A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A SUA FENOMENOLOGIA HISTÓRICA

2.1 O capitalismo histórico e a reestruturação produtiva

A princípio o termo capitalismo não existia, foi necessário o *capital* passar por diversas transformações para resultar no capitalismo, o que distingue o sistema social histórico o qual se chama capitalismo é o fato de, neste sistema, o capital passar a ser usado (investido) de forma muito especial, sendo empregado como objetivo primário de auto expansão.

De fato, o capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas. É um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais - das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte – ao imperativo absoluto da expansão do capital, ou seja, da sua própria expansão e reprodução como um sistema de metabolismo social de mediação².

Segundo Wallerstein³ o capitalismo histórico implicou, pois, na mercantilização generalizada dos processos, não apenas os processos de troca, mas também os de produção, de distribuição e de investimento, que até aí eram efetuados sem a intervenção do “mercado”. E, na transcorrência desta procura de acumulação exponencial de capital, os capitalistas procuraram mercantilizar mais intensamente estes processos sociais, em todas as esferas da vida econômica, é por esta razão que afirma-se que o desenvolvimento histórico do capitalismo implicou um impulso para a mercantilização de tudo.

Neste sistema, as acumulações anteriores apenas são “capital” na medida em que são usadas com vista à obtenção de acumulações ainda maiores, este é o objetivo do detentor do capital⁴, “expandir constantemente o valor de troca, ao qual, os demais - desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até

² MÉSZÁROS apud ANTUNES, 2002, p.21.

³ WALLERSTEIN, 2001.

⁴ Segundo Karl Marx, ao longo da História - dos sistemas escravocratas ao capitalismo - as classes dominantes têm extraído o que ele chamou de mais-valia das classes trabalhadoras. De acordo com o conceito marxista, no capitalismo o salário de um trabalhador nunca equivale ao valor de troca das mercadorias que ele produz (CALLINICOS, 2004).

as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, - devem estar estritamente subordinados”⁵. Este constitui um traço marcante do sistema capitalista, transformar a produção do capital em propósito da humanidade sendo necessário separar o valor de uso e valor de troca.

O capitalismo se estabeleceu como o “horizonte ideológico da sociedade” e o fez através do processo de fetichização próprio às relações mercantis. Os trabalhadores foram e estão sendo permanentemente transformados em sujeitos abstratos de uma cidadania e de uma institucionalidade que os negam, ou seja, a produção de mercadorias na sociedade capitalista produz determinadas relações sociais, que são, em geral, ocultadas pelo processo daquilo que Marx considera fetichização. E é na produção da mercadoria e na exploração do trabalho alienado que esse fenômeno acontece⁶.

Marx afirma que

A função verdadeira, específica do capital enquanto capital é, pois a produção de mais-valor, e essa não é outra coisa senão produção de sobre trabalho, apropriação — no curso do processo de produção real — de trabalho não pago, que se oferece aos olhos e se objetiviza como mais-valor.⁷

O capitalismo histórico consistiu, portanto, num *lócus* concreto e integrado de atividade produtiva, situado no tempo e no espaço, e a incessante acumulação de capital tem sido o objetivo econômico, em que todos se viram forçados a conformar-se com tal padrão⁸.

No centro da análise, temos as categorias de sistema-mundo e economia-mundo na formação histórica do capitalismo, que tem seu início marcadamente na Europa Ocidental e em parte das Américas e que, já desde o século XIX, inclui todo o planeta, em que mudam os centros hegemônicos do capitalismo.

Mas, há sempre posições centrais e periféricas, avançadas e dependentes, neste sentido, a formação do capitalismo é indissociável de um sistema interestatal, nunca é de Estados nacionais isolados e independentes, capazes de controlar o

⁵ MÉSZÁROS apud ANTUNES, 2002, p.14.

⁶ O primeiro capítulo de O Capital é destinado à análise da mercadoria. Em Marx, a análise do papel da mercadoria dentro do sistema capitalista é que permite determinar o caráter do trabalho no mesmo. Busca compreender a especificidade da mercadoria dentro do sistema, e, principalmente, a que se deve seu valor (RUBIN, 1980).

⁷ MARX 1978, p. 6.

⁸ WALLERSTEIN, 2001, p. 18.

processo básico do desenvolvimento econômico. O capitalismo sempre foi uma economia-mundo baseada em trocas desiguais, em cadeias mercantis que escapam, e muito, dos espaços políticos e geográficos nacionais, fazendo com que a desigualdade geral do sistema passasse tantas vezes despercebida. Nas palavras de Wallerstein:

A troca desigual é uma prática antiga. O que é notável no capitalismo como sistema histórico é a maneira como essa troca desigual pode ser escondida; foi tão bem escondida que até mesmo os oponentes confessos do sistema só começaram a desvelá-la, de forma sistemática, quinhentos anos depois⁹.

A Crise estrutural do capital¹⁰ que emergiu em meados da década de 1970, e é analisada por Mandel (1990) como uma “clássica crise de superprodução”, no qual, após um longo período de acumulação capitalista, ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana. Brenner faz uma análise da crise, em que ela encontra:

Suas raízes profundas numa crise secular de produtividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, o surgimento de excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1970¹¹.

Esta crise rebelava a tendente queda da taxa de lucro, um decrescente valor de uso das mercadorias, “quanto da incontrollabilidade do sistema de metabolismo social do capital”¹², “sendo uma crise econômica do sistema capitalista cuja principal expressão é um colapso gerado pela superprodução do regime fordista/keynesiano”¹³. Conforme Mandel:

Esta [...] é uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações¹⁴.

⁹ WALLERSTEIN, 2001, p. 144.

¹⁰ A crise estrutural é entendida como uma crise cujas implicações afetam “o sistema do capital global não simplesmente sob um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo -, senão em todas suas dimensões fundamentais, questionando sua viabilidade como sistema reprodutivo social no todo” (MÉSZÁROS, 2002, p.100).

¹¹ BRENNER, 1999, p.12-3.

¹² ANTUNES, 2002, p. 31.

¹³ HARVEY, 1999 *apud* MANDEL, 1990.

¹⁴ MANDEL, 1990, p. 13.

Isto é, a crise dos anos 1970 assumiu um caráter econômico, em vista da paralização do modo de produção capitalista, social e político, em razão teve que repulsar sobre o projeto da burguesia, afetando profundamente as relações sociais.

Nas palavras de Holloway:

A crise capitalista não é outra coisa senão rupturas de um padrão de denominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de denominação estabelecido (...). Para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução através da luta, mediante o estabelecimento da autoridade e através de uma difícil busca de novos padrões de dominação¹⁵.

A crise inaugurou uma nova temporalidade histórica do desenvolvimento civilizatório, caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos que compõem a fenomenologia do capitalismo global com seus “trinta anos perversos” (1980-2010).

Neste sentido, de acordo com Antunes¹⁶, os últimos trinta anos foram marcados por uma época histórica de reestruturações capitalistas nas mais diversas instâncias da vida social. Como resposta à crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político. O sistema mundial do capital como sistema social global reestruturou-se efetivamente numa dimensão inédita.

Para Antunes¹⁷, a reestruturação produtiva marca o desenvolvimento de um novo padrão de acumulação e a palavra de ordem deste novo padrão é a flexibilização. Há uma tendência generalizada de flexibilizar os contratos e o mercado de trabalho, o processo produtivo e o regime de acumulação. Este novo padrão de acumulação tem conjugado altos índices de desemprego estrutural, maior exploração do trabalhador, ganhos modestos de salários e a desestruturação do poder sindical.

Com a falência do modelo de produção taylorista/fordista, surgiram novas formas de gestão a partir do avanço tecnológico, nisto, um novo modelo de produção se sobressai: o toyotismo. Essa nova forma de produzir ocasionou uma reorganização na indústria e principalmente no relacionamento trabalho x capital.

¹⁵ HOLLOWAY, 1987, p.132.

¹⁶ ANTUNES 2002.

¹⁷ ANTUNES 2002, p. 37.

Na esfera da produção, observa-se o aumento das taxas de lucro via crescimento da produtividade do trabalho, intermediada pelo uso de novas tecnologias e de novas formas de consumo da força de trabalho. Na esfera da circulação, essa reorganização incide em mudanças no mercado consumidor, determinando também novas formas de concorrência entre firmas, com base na seletividade dos mercados e no marketing da qualidade dos produtos¹⁸.

Ou seja, a nova reestruturação produtiva do capital impulsionou um complexo de inovações organizacionais e tecnológicas nas grandes empresas e na sociedade em geral sob a direção moral-intelectual do “toyotismo”¹⁹. A luta de classes e as derrotas das forças políticas do trabalho na década de 1970 conduziram a reestruturação política do capital, constituindo o Estado neoliberal e as políticas de liberalização comercial e desregulamentação financeira; e o pós-modernismo²⁰ e o neopositivismo²¹ permearam a reestruturação cultural.

Nos “trinta anos perversos”, segundo Alves²² o capitalismo financeirizado, toyotista, neoliberal e pós-moderno levaram a cabo uma das maiores revoluções culturais da história, portanto, o capitalismo global tomou novas formas de alargamento, em um processo que projetou uma dimensão mais clara e implicou outra natureza da dinâmica social capitalista que se distingue radicalmente de outras épocas históricas.

¹⁸ MOTA e AMARAL, 2008, p. 28.

¹⁹ Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. [...] Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades [...] (ANTUNES, 2002, p. 36).

²⁰ A ideia de “pós-modernismo” surgiu pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes de seu aparecimento na Inglaterra ou nos EUA. Perry Anderson, conhecido pelos seus estudos dos fenômenos culturais e políticos contemporâneos, em “As Origens da Pós-Modernidade” (1999), conta que foi um amigo de Unamuno e Ortega, Frederico de Onís, que imprimiu o termo pela primeira vez, embora descrevendo um refluxo conservador dentro do próprio modernismo. Mas coube ao filósofo francês Jean-François Lyotard, com a publicação “A Condição Pós-Moderna” (1979), a expansão do uso do conceito. Em sua origem, pós-modernismo significava a perda da historicidade e o fim da “grande narrativa” - o que no campo estético significou o fim de uma tradição de mudança e ruptura, o apagamento da fronteira entre alta cultura e da cultura de massa e a prática da apropriação e da citação de obras do passado (VATTINO *apud* LIMA, 2004, s.p).

²¹ O termo “neopositivismo” surgiu com a tradução literal da expressão “*New Legal Positivism*” que fora desenvolvida por Anthony J. Sebok. Esse novo positivismo legal propunha ressaltar a emergência da forma moderna de positivismo que pretende responder às provocações de Dworkin, baseadas no argumento empírico de que existem na prática jurídica dos Estados Constitucionais atuantes princípios jurídicos consubstanciando padrões morais, sem resvalar num ceticismo moral ou em teses originalistas de interpretação (LEITE, 2012, s. p).

²² ALVES, 2012, p.3.

Pois, para manter o mercado altamente competitivo foi necessário reestruturar e adaptar aos novos sistemas de modernização, utilizando de inovações tecnológicas, reestruturação interna, fundamentada em processos padronizados, qualificação da mão de obra, oferecendo novos serviços e produtos.

Tratar de reestruturação produtiva²³ é abordar as formas que as empresas vêm usando na busca de uma maior flexibilidade em seus processos produtivos e de trabalho. É palpável uma alteração nos paradigmas produtivos e o despontar de novos modos de organização industrial, Antunes destaca que:

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser²⁴.

Essas transformações alteram significativamente o contexto que se insere os trabalhadores, uma vez que todo processo produtivo foi modificado, implicando em mudanças nos processos de trabalho, na qualificação da força de trabalho, nas condições de trabalho e em suas vidas. A implementação de novas tecnologias no modo produtivo gerou uma defasagem na necessidade da mão de obra, uma vez que a tecnologia passou a substituir o trabalhador em muitas áreas, gerando assim grande impacto na questão do emprego.

2.2. O Fordismo, toyotismo e taylorismo enquanto formas de acumulação do capital

A indústria automobilística caracterizou-se por ser precursora na organização da produção industrial. Em 1913, Henry Ford inventa a produção padronizada, constituída na organização verticalizada, em que se realizava na fábrica todo o processo produtivo, do tratamento da matéria prima até os detalhes finais do produto, elaborando um processo mecânico de linha de montagem, no qual, os trabalhadores tinham funções repetitivas e simples. Apreende-se “o fordismo

²³ “Por reestruturação produtiva entende-se o processo de conformação de um novo padrão industrial, que tem como elemento-chave mudanças na técnica da produção, a partir da tecnologia microeletrônica” (COUTINHO, 1992, p. 69-87).

²⁴ ANTUNES, 2002, p.23.

fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho se consolidaram ao longo do século”²⁵.

O fordismo deve ser compreendido através da articulação entre produção e consumo em massa, com a padronização dos equipamentos de produção e produtos, com ganhos de economia de escala, representando, historicamente um novo sistema de reprodução da força de trabalho, associado a uma nova forma de controle e gerência do trabalho, num contexto de construção de um novo tipo de sociedade democrática²⁶. Obtendo uma imensa economia, tanto com a redução de custos, com o aumento de produtividade, além da diminuição da resistência do trabalhador, em face do tempo imposto pela máquina e pela forma organizativa da produção.

No início do século XX, surge o taylorismo, em que, Frederick Taylor, idealizou e realizou um aparelhamento da produção pautado na diferenciação entre criação e efetivação, objetivando maior aproveitamento possível da força de trabalho, em um ambiente produtivo mecanizado, com estudos do tempo e movimentos realizados pelos trabalhadores, bem como a escolha, treinamento e coordenação dos empregados. Nos dois modelos: fordista e taylorista, “era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração”²⁷.

O século XX foi predominado pelos modelos fordista e taylorista como processo de trabalho na grande indústria, na organização e produção das mercadorias, o fordismo acrescenta ao processo produtivo a ideia de produção em série e o taylorismo controlava o tempo e os movimentos dos operários no processo produtivo, Antunes descreve o modo fordista e taylorista:

Pela existência de trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre a elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário em massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões²⁸.

²⁵ ANTUNES, 1995, p.17.

²⁶ HARVEY, 1996 *apud* MELO, 2008, p.22.

²⁷ ANTUNES, 1999, p. 37.

²⁸ ANTUNES, 2000, p.17.

O fordismo/taylorismo “realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido”²⁹. Neste contexto, todas as formas de trabalho eram organizadas para maior produção, conseqüentemente maior acumulação de capital.

O fordismo/taylorismo teve seu desenvolvimento associado à expansão capitalista mundial, com grande ascensão durante o Estado do Bem Estar Social. No entanto, com as crises de 1960/70, tais modelos entram em declínio, no qual, o capitalismo entra em mais uma transformação, na linha do programa neoliberal de redução do Estado e da atividade produtiva, transferindo seu eixo da produção industrial para o segmento de serviços, como também prefere obter lucros na especulação financeira, redução dos gastos públicos, as privatizações, desregulamentação e flexibilização do trabalho, da produção e dos mercados intensificaram tal crise, nisto essas transformações afetam significativamente o mundo do trabalho. “Das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o “toyotismo”³⁰ ou o modelo japonês”³¹

Menciona Antunes, que o toyotismo “pode ser entendido como uma forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica Toyota, no Japão, e que vem se expandindo pelo Ocidente capitalista, tanto nos países avançados quanto naqueles que se encontram subordinados”³². Em seu fundamento, o toyotismo apoia-se no contexto do enredamento e diversidade pós-moderna, para estabelecer-se um inédito modelo no processo produtivo.

Segundo Santos, a implantação do toyotismo trouxe a reavaliação das técnicas e procedimentos de dominação e subordinação no trabalho. As características principais do modelo criado por Ohno são percebidas em um contexto de implementação de novas formas de exploração do trabalho e de acumulação integral do capital³³.

²⁹ ANTUNES, 1999, p.41.

³⁰ O toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), enquanto via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão do pós-45 e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país (ANTUNES, 1995, p. 54).

³¹ ANTUNES, 1999, p. 14.

³² ANTUNES, 2000, p.181.

³³ SANTOS, 2011, p.128.

Após 1970, o capitalismo foi evidenciado por uma introdução de novos modelos gerenciais e tecnológico-produtivos, renovando o plano eficaz da produção integrada ao mercado e à concorrência capitalista fundamentada na competitividade internacional, na flexibilidade, na precarização das relações de trabalho.

O toyotismo alterou a organização do processo de trabalho capitalista com a elaboração de novos métodos de controle e exploração. No toyotismo a produção é “voltada e conduzida diretamente pela demanda”³⁴ o consumo é determinante para a organização da produção; o aparelho produtivo é flexibilizado tendo em vista adaptar às flutuações do mercado consumidor, o kanban³⁵ indica o que vai ser produzido, a peça que vai ser utilizada, racionalizando e reduzindo a burocracia no interior do processo produtivo, sendo que “a produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido”³⁶.

Decorrente deste processo foi à criação, do:

(...) trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou vivenciando o desemprego estrutural³⁷.

Diante das diversas transformações no mundo da produção, originou-se uma classe trabalhadora heterogênea, fragmentada e complexa, no qual, se divide em trabalhadores qualificados e desqualificados, de diferentes idades, do mercado formal e informal, havendo uma divisão do trabalho. Havendo, um conseqüente desemprego estrutural, uma precarização das condições de trabalho, sendo a face mais cruel da exclusão social.

O toyotismo, em sua gênese, amparado na flexibilização e na desregulamentação da produção e do trabalho, na produção enxuta, acentua ainda mais as metamorfoses contemporâneas do trabalho.

³⁴ ANTUNES, 1995, p.26.

³⁵ Kanban em japonês significa “cartão”. Este nome surgiu em razão do sistema de controle visual dos estoques de materiais, pois frequentemente são utilizados cartões para representar os contentores cheios ou vazios, estes cartões são retirados ou colocados em um quadro à medida que o material é utilizado ou repostado, processo que será detalhado mais adiante (AGUIAR; PEINADO, 2007, p.137).

³⁶ AGUIAR; PEINADO, 2007, p.137.

³⁷ ANTUNES, 2000, p.184.

A partir da expansão da indústria, por meio dos modos de produção, houve uma maior ampliação do mercado, nisto, o capitalismo criou duas classes antagônicas, desigual e conflituosa, embasadas no trabalho assalariado, no qual, o trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista, que garante o lucro através da exploração e acumulação da mais-valia. Em resposta, a classe trabalhadora alcançou níveis de exploração nunca antes visto na história da humanidade. Deste modo, o capital acumula riquezas em função do aumento da pobreza da classe trabalhadora.

O modo de produção capitalista favoreceu o surgimento da denominada questão social, no qual, seu princípio material se dá na discrepância acarretada pelo desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista, que é controlado por uma lei geral de acumulação, levando o trabalhador a uma situação de pauperismo jamais visto com tanta amplitude.

Nesse sentido, as expressões da questão social revelam-se em uma potencialização do fetichismo da mercadoria com a banalização do humano, da satisfação das necessidades sociais e dos dilemas do trabalho. Soma-se o crescimento das desigualdades sociais, a regressão de direitos civis e sociais, a desregulamentação das relações de trabalho e a ascensão de políticas de ajuste estruturais preconizadas pelos países imperialistas³⁸.

2.3 Globalização e neoliberalismo: mudanças no mundo do trabalho e processos de exclusão social

O mundo do trabalho no final do século XX e início do século XXI tornou-se realmente global na mesma proporção em que se dá a globalização do capitalismo, uma vez que a nova divisão transnacional do trabalho e produção, a transição do fordismo ao toyotismo e a dinamização do mercado mundial amplamente alicerçado às tecnologias eletrônicas colocam novas formas e novos significados do trabalho, introduzindo mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só a organização e dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e dinâmica da classe operária.

³⁸ IAMAMOTO, 2007, p. 39.

A globalização é um fenômeno fundamentalmente econômico caracterizado pela universalização do capital que marca um “novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”³⁹. Esse fenômeno gera transformações políticas, econômicas, sociais e culturais entre as nações do mundo. Neste sentido, compreende-se que o capitalismo globalizou-se “não só pelos desenvolvimentos da nova divisão transnacional do trabalho, mas também por sua penetração nas economias dos países que compreendiam o mundo socialista”⁴⁰, o processo de trabalho e produção passou a estar submetido aos movimentos do capital em todo o mundo sempre de forma desigual e contraditória, implicando novas formas sociais e novos significados do trabalho.

No horizonte da globalização encontram-se as propostas neoliberais, originadas ou amparadas por governantes de países capitalistas desenvolvidos ou não. Sendo suas propostas e estratégias de reordenamento do capitalismo, alicerçadas no fortalecimento do mercado e na anulação da condição salarial dos trabalhadores, conquistada, em especial, até a metade do século XX, visam dar novos fundamentos a esse modo de produção face às crises do capitalismo e ao novo reordenamento geopolítico, econômico e cultural dos países pós Guerra Fria.

Na busca de uma solução parcial da crise capitalista, o neoliberalismo visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social estatal em diversas áreas e atividades, transferindo sua responsabilidade para o terceiro setor⁴¹, tornando o mercado na instância de regulação e legitimação social. A ideologia neoliberal que visa fundamentalmente a exaltação do mercado, a livre concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeita fortemente a intervenção do Estado na economia, como afirma Boito Jr:

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva á intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal⁴².

³⁹ IANNI, 1997, p.7.

⁴⁰ IANNI, 1999, p. 156.

⁴¹ “Os entes que integram o Terceiro Setor são entes privados, não vinculados à organização centralizada ou descentralizada da Administração Pública, que não almejam entre seus objetivos sociais o lucro e que prestam serviços em áreas de relevante interesse social e público” (Manual do Terceiro Setor *apud* ROCHA, 2003, p.13).

⁴² BOITO JR, 1999, p.45.

Conforme Iamamoto, a dominação imensurável da qual a classe trabalhadora é acometida, resulta dos novos padrões de acumulação, inspirados na mundialização da economia, e na globalização, operada, “pelo capital transnacional e investimentos financeiros”⁴³. Após a Guerra Fria e no alvorecer do século XXI, a economia sob a hegemonia do império norte-americano sofre profundas mutações. Mudanças estas realizadas pelos grandes grupos das indústrias transnacionais, passando a operar com o capital que rende juros “[...] bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimentos”⁴⁴. Esse processo captura os Estados nacionais e o espaço mundial, atribuindo caráter global à produção e consumo de todos os países, desencadeando relações de dependência entre as nações. Este novo recurso de acumulação comandado pelo capital financeiro envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, transformando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais. Neste sentido, essa nova dinâmica do capital obscurece o mundo do trabalho no que tange a classe trabalhadora, que cria riqueza para outros e experimenta a radicalização dos processos de exploração e expropriação.

É necessário destacar que a globalização não beneficia a todos, existe um grande contingente de pessoas excluídas do mercado de trabalho por falta de oportunidade e qualificação. Alterações na composição da força de trabalho são acentuadas pela contenção salarial somado ao desemprego e à instabilidade do trabalho. Segundo Iamamoto:

A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Esse cenário avesso aos direitos nos interpela. Atesta, contraditoriamente, a urgência do seu debate e de lutas em sua defesa, em uma época que descentralizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias⁴⁵.

A chamada ofensiva neoliberal se instala na lógica capitalista buscando apoiar firmemente suas bases ideológicas. Entretanto, crescimento econômico não é sinônimo de elevação da taxa de lucro, pois neste momento o capital passa a concentrar seus investimentos no processo de financeirização.

⁴³ IAMAMOTO 2008, p. 107.

⁴⁴ IAMAMOTO 2008, p. 107.

⁴⁵ IAMAMOTO 2008, p.118.

O sistema capitalista introduz novas formas de trabalho, maquinários, fazendo da força de trabalho “inutilizada”, gerando assim a superpopulação de trabalhadores. De acordo com Marx,

[...] a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente⁴⁶.

A flexibilização é adotada pelo sistema capitalista como o “melhor caminho” para o crescimento econômico. Com isso, o Estado é orientado pela necessidade de redução do seu papel como promotor direto e executor dos direitos sociais, processo que gera a vulnerabilidade social.

Embora haja vista os direitos garantidos aos cidadãos, como: justiça, igualdade, cidadania e dignidade, tornam-se contraditórios quando se depara com indivíduos que estão à margem da exclusão, pobreza e marginalização, fruto de toda uma cultura enraizada no desenvolvimento do país. Segundo Silva,

É evidente que os contrastes existentes entre a miséria e a abundância, vistas claramente, mostram que a evolução econômica do capitalismo fortaleceu mais a desigualdade do que a diminuiu. De fato, esse sistema não oferece condições e oportunidades a todos, pois o seu grande alicerce é integrado pelos trabalhadores, os assalariados, que só dispõem de sua força de trabalho⁴⁷.

A desigualdade social se manifesta como resultado do caráter dominante do capital, onde se produz coletivamente, mas a apropriação é privada. Os trabalhadores apenas dispõem da sua força de trabalho em troca do salário, as não se apropriam do produto final do seu trabalho.

A dicotomia exclusão e inclusão apresentam-se enquanto “correlação de forças” estabelecida dentro da dinâmica da sociedade capitalista⁴⁸ inserida no contexto da flexibilização proposta pela lógica neoliberal. Portanto,

A exclusão é definida, neste contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com

⁴⁶ MARX, 1999, p.732.

⁴⁷ SILVA, A. C. da et al, 2000. p. 66.

⁴⁸ FALEIROS 2006, p. 2.

vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades, [...] ⁴⁹

Os processos de exclusão social, política, econômica, cultural, étnica, religiosa, entre outros, são faces dessa nova realidade, expressas em situações de degradação e dissociação social e humana profundas, vivendo o dia a dia, engajando-se em relações sociais de produção e trabalhos temporários e de extrema precarização dos direitos e da vida.

2.4 A dinâmica da categoria questão social como fator resultante da contradição capital X trabalho

A expressão questão social sobrevém do pauperismo decorrente da primeira onda industrializante ⁵⁰ que desde o seu princípio é oriunda das contradições existentes entre capital e trabalho. A questão social como aponta Iamamoto,

É indissociável da sociabilidade capitalista e que na sociedade burguesa a gênese da questão social deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, esta condensaria então o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, tendo alcançado a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche ⁵¹.

A questão social no cenário contemporâneo se expressa sob novas condições históricas, potencializando os determinantes de sua origem. O progresso da acumulação aumenta a produtividade e torna-a um de seus produtos e seu impulso mais valioso alterando a *composição técnica e de valor do capital*. O aumento da produtividade do trabalho social é impulsionado pela redução proporcional do emprego da força viva do trabalho e ampliação do emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social. ⁵²

Em consonância com o pensamento de Iamamoto, a questão social expressa não apenas desigualdades econômicas, mas também desigualdades políticas e culturais das classes sociais marcadas por disparidades de diferentes formas tais como de gênero, étnico-raciais e formações regionais. Ainda segundo os pensamentos da autora,

⁴⁹ FALEIROS 2006, p. 4.

⁵⁰ NETTO, 2001, p. 42.

⁵¹ IAMAMOTO *apud* TOMAZ, 2013, p. 04.

⁵² IAMAMOTO, 2011, p. 156.

A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade⁵³.

A sociedade capitalista é marcada pela desigualdade da distribuição dos bens produzidos socialmente, com isto, quanto mais elevado for a produção de bens, maior será o lucro do detentor de capital e maior será também as desigualdades sociais, uma vez que o lucro é apropriado por uma minoria, sendo assim, a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista, e sua gênese na sociedade burguesa provém do caráter coletivo da produção em oposição à apropriação privada da própria atividade humana, neste sentido a questão social está vinculada ao conflito entre capital e trabalho.

Sob a ótica do capitalismo, os avanços técnicos e científicos incorporados nos meios de produção permitem aos trabalhadores produzirem mais em menos tempo, reduzindo assim o seu valor e ampliando o tempo de trabalho excedente. Também contribui para acelerar a produtividade do trabalho e a rotação do capital, ampliando as taxas de lucratividade⁵⁴.

Com isto amplia-se a jornada de trabalho e sua intensificação, aumentando o trabalho excedente, favorecendo o crescimento do contingente de trabalhadores aptos ao trabalho, mas impedidos de trabalhar. Ainda inclui-se nesta categoria aquela parcela de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e ocasionais, os precarizados, temporários, com tempo de serviço máximo e mínimo de salário, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora.

O pauperismo que atingia a massa vulnerabilizada no período compreendido por Castel⁵⁵ entre o século XIV e o século XVIII, chamada de sociedades pré-industriais, assume uma forma diferente do período anterior, ameaçando a ordem vigente pelo crescimento da massa vulnerabilizada. O protagonismo dos atores sociais, o proletariado pauperizado da época, transmutou o pauperismo para questão social, colocando a luta de classe como fator decisivo do surgimento da questão social enquanto tal.

⁵³ IAMAMOTO, 1998, p.27.

⁵⁴ IAMAMOTO, 2011, p. 157.

⁵⁵ CASTEL, 1995. P. 30-48.

Autores como Pereira apontam para a necessidade de compreender e diferenciar a questão social do simples pauperismo ou da concepção de exclusão social. Para a autora a questão social,

Indica, [...], a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos e antagônicos [...], na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. Foi com essa caracterização que a questão social surgiu na Europa no século XIX. [...] Por isso, a questão social é, de fato, particular e histórica⁵⁶.

Contudo, é legítimo pensar a importância da classe trabalhadora para a conversão do pauperismo em questão social e a importância do Estado neste trajeto, com destaque para o século XX que conforme Castel⁵⁷ caracteriza o surgimento da sociedade salarial. Outro fator que merece destaque é de que não existe uma nova questão social como sugere alguns autores contemporâneos, o que se tem atualmente são novas expressões da questão social inscritas na própria natureza das relações sociais capitalistas, que no cenário contemporâneo “se reproduz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espraiadas em todas as dimensões da vida em sociedade”⁵⁸.

Neste sentido, a questão social expressa,

Desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização⁵⁹.

Na tensão existente entre capital e trabalho, na reprodução das desigualdades sociais produz-se a rebeldia e resistência movida por interesses sociais distintos e antagônicos que entrelaçam a vida em sociedade, uma vez que a contradição contida na relação capital e trabalho faz emergir os conflitos e a luta de classe se configura neste cenário. “As lutas sociais romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública”⁶⁰, os conflitos sociais passam a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e legitimação dos direitos e deveres dos indivíduos envolvidos.

⁵⁶ PEREIRA, 2001, p.59.

⁵⁷ CASTEL, 1995.

⁵⁸ TOMAZ, 2013, p.4.

⁵⁹ IAMAMOTO, 2011, p. 160.

⁶⁰ IAMAMOTO, 2011, p. 160.

Na busca pelos direitos civis, sociais, políticos, surgem embates pelo respeito aos direitos humanos, expressando a consciência pelos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. Portanto entende-se que a reprodução ampliada da questão social é resultado da reprodução das contradições sociais, que não é possível romper com o cotidiano sem resistência e enfrentamentos, o assistente social por ser o profissional que tem por objeto de trabalho a questão social, realizará sua intervenção em terreno marcado por disputa, que exigirá a capacidade de construir e reinventar mediações que sejam capazes de articular a vida social das classes sociais com o âmbito público dos direitos e cidadania.

Pautado nos pensamentos de Netto⁶¹ a questão social surgiu para dar conta do pauperismo que atingia a massa vulnerabilizada e cada vez maior de trabalhadores na instauração do capitalismo em sua fase industrial-concorrencial, a pobreza crescia na mesma proporção da capacidade de produzir riquezas e sob a ordem burguesa o pauperismo designou-se como questão social.

A partir da segunda metade do século XIX a questão social tende a ser naturalizada tanto pelo pensamento conservador quanto pelo pensamento laico conservador, uma vez que suas expressões imediatas são vistas como resultado da sociedade moderna que pode ser capaz de apenas reduzi-las ou amenizá-las através de ideias reformistas e de intervenção política restrita. Por outro lado o pensamento conservador confessional reconhece a gravidade da questão social, onde busca medidas sócio-políticas para amenizar seus agravantes, insiste que somente a sua exacerbação contraria a vontade divina⁶².

A classe trabalhadora na contemporaneidade encontra-se desorganizada, enfraquecida, fragilizada, favorecendo assim maior controle dos detentores do capital, fortalecendo a dinâmica de acumulação de capital. O movimento da classe trabalhadora tardou em encontrar insumos teóricos e metodológicos para compreensão da gênese da questão social, uma vez que a partir da compreensão do desenvolvimento do capital é que se compreende a questão social como produto do capital e seu movimento na sociedade capitalista.

No início dos anos setenta com o colapso da expansão capitalista e conseqüentemente a redução das taxas de lucro acrescidas pela ascensão do movimento operário motivou uma resposta ofensiva política do capital,

⁶¹ NETTO, 1992, p.156.

⁶² NETTO, 1992, p. 155.

demonstrando que o estado não possui nenhum compromisso social o que levou boa parcela da *intelectualidade acadêmica*⁶³ a acreditar que surgia então a “nova pobreza”, uma “nova questão social”.

Entretanto Netto⁶⁴ compreende que não existe uma nova questão social, mas sim novas expressões da questão social que se manifesta a cada novo estágio do capital sob novas e diversas formas de intensificação da exploração da força de trabalho humana. Para o autor “a caracterização da questão social em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais⁶⁵”, isso envolve elementos de relações de classe, geracional, gênero, etnia que são estabelecidos sob formações sociais específicas. Enfim, o autor reconhece que a superação da questão social só será possível com uma possível supressão da sociedade capitalista.

2.5 As expressões da questão social no Brasil contemporâneo

A temática questão social está intrinsecamente relacionada com as mediações sócio históricas do capitalismo como bem se sabe. A questão social tem origem na apropriação privada da produção coletiva, estando ligado ao surgimento do trabalho livre e à alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho.

Contudo, a pobreza somente se expressa como “questão social” mediante a reivindicação da classe trabalhadora, a partir de sua transformação em classe para si, pela consciência de que a escassez, na ordem burguesa, decorre das relações sociais de exploração erigidas pelo modo de produção capitalista⁶⁶.

Segundo Pereira, a questão social,

Indica, [...], a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos e antagônicos [...], na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. Foi com essa caracterização que a questão social surgiu na Europa no século XIX. [...] Por isso, a questão social é, de fato, particular e histórica⁶⁷.

⁶³ NETTO, 1992, p. 160.

⁶⁴ NETTO, 1992, p. 160.

⁶⁵ NETTO, 1992, p. 161.

⁶⁶ IAMAMOTO, 2007.

⁶⁷ PEREIRA, 2001. p. 59.

No Brasil a questão social está relacionada com a classe operária, como aponta Cerqueira Filho⁶⁸, uma vez imposto no curso da constituição da sociedade capitalista, um conjunto de “problemas políticos, sociais e econômicos”.

De acordo com Iamamoto e Carvalho,

A questão social não é senão expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão⁶⁹.

Na sociedade contemporânea a questão social situa-se no centro da mundialização da economia e da voracidade pela obtenção de lucros através da competitividade e concorrência. Países com proteções sociais mais sólidas estão mais preparados para resistir a pressões externas, defender-se dos riscos e sofrem um processo de deterioração mais lento. De acordo com Arcoverde,

A questão social no Brasil é mais grave em profundidade e extensão, desestabiliza, desorganiza o trabalho, avança para as esferas da sociabilidade, e atinge mais intensamente grupos e categorias sociais, independentemente de classe social, idade, sexo, e/ou grupo de pertencimento⁷⁰.

A questão social brasileira é fruto de uma estrutura social inerente ao modo de produção e reprodução vigentes, bem como pelos padrões de desenvolvimento que o país experimentou: escravista, industrial-desenvolvimentista, fordista – taylorista e de reorganização flexível⁷¹.

Entretanto a questão social manifesta-se não somente na desigualdade econômica, mas também se expressa no âmbito cultural, moral, simbólica e política da sociedade brasileira. A mundialização econômica apenas agrava as desigualdades e complexidade e renova a questão social, mas não cria uma nova questão social, o que se renova é as suas manifestações de acordo com o contexto social vivenciado. “Coesão e conflito, exclusão e inclusão, riqueza e pobreza,

⁶⁸ CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21.

⁶⁹ IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 77.

⁷⁰ ARCOVERDE, 2006, p.3.

⁷¹ ARCOVERDE, 2006, p.3.

igualdade e desigualdade convivem como marcas da nossa dual sociedade capitalista periférica”⁷².

Não basta reconhecer a questão social enquanto realidade cruel da pobreza, da miséria, das carências, mas é necessário problematizá-la em sua essência no cenário da crise do Estado de bem - estar, da justiça social, é preciso reconhecê-la diante do papel do Estado e do sentido de responsabilidade pública⁷³.

Porém, as formas de enfrentamento da questão social pelo Estado são limitadas e emergenciais, não havendo formas efetivas de sua superação e da efetivação da garantia dos direitos conquistados, defendidos e declarados na Constituição Brasileira de 1988.

A questão social assume maior intensidade por atingir todos os setores e classes sociais, havendo uma “desmontagem do sistema de proteção e garantias do emprego, cujo efeito são a desordem do trabalho, uma desestabilização que avança para outras esferas da vida social”⁷⁴, ou seja, a questão social no Brasil tem como centro a desigualdade e a injustiça social ligadas a organização do trabalho e a cidadania. Sendo importante reconhecer que um dos aspectos centrais da questão social, atualmente, é a ampliação do desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho⁷⁵.

Em Pastorini temos que:

Afirmar que esses traços essenciais continuam vigentes não significa que a “questão social” no capitalismo é única e que se expressa de forma idêntica em todas as sociedades capitalistas e todos os momentos históricos. Pelo contrário, como já foi dito aqui, a “questão social” assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial⁷⁶.

Nas relações de trabalho, a questão social era expressa na forma como o operariado se organizava em classe, na tomada de consciência, na racionalização e nas reivindicações por melhores condições de vida. Na contemporaneidade, ela emergiu e emerge na luta pela efetivação e garantia de direitos sociais, e se coloca

⁷² ARCOVERDE, 2006, p.3.

⁷³ TELLES, 1996, p.85.

⁷⁴ SILVA, 2008. p. 78.

⁷⁵ IAMAMOTO, 2004. p. 29.

⁷⁶ PASTORINI. 2004. p. 113.

como assunto a ser discutido por governantes, organizações da sociedade civil, profissionais que atuam como atores sociais e pela classe operária.

Muito tem se falado de uma “nova questão social” e da necessidade de enfrentá-la no marco das transformações econômicas e políticas contemporâneas. No entanto, devo confessar que, apesar de estar consciente que estamos diante de colossais desafios sociais - que se apresentam como inéditos e desconhecidos não tenho clareza da existência real de uma “nova questão social”⁷⁷.

Entre as particularidades da questão social no Brasil há exploração do trabalho, cujo valor sempre precisou ser mantido bem abaixo dos padrões vigentes em outros países e uma passividade das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes. Considerando que embora exista uma nova ordem política, a raiz da questão social é a mesma, ou seja, a contradição entre o capital e o trabalho, a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, a precariedade das condições de trabalho, a exclusão social, a violência. Segundo Iamamoto,

As mais importantes expressões da questão social são: o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens⁷⁸.

As expressões assumidas pela questão social decorrem das variadas dimensões das relações de produção e reprodução social acompanhadas por uma concentração de poder e de riqueza nas mãos de classes e setores dominantes que produzem e generalizam a pobreza das classes dominadas⁷⁹ traduzem-se “na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social”⁸⁰.

Crescem os níveis de exploração e as desigualdades, assim como, no seu reverso, as insatisfações e resistências presentes nas lutas do dia-a-dia, ainda carentes de maior organicidade e densidade política. Na sua maioria, silenciadas pelos meios de comunicação, essas lutas condensam a recusa do instituído e expressam iniciativas tensas e ambíguas, que adensam um

⁷⁷ PEREIRA, 2001, p. 51

⁷⁸ IAMAMOTO, 2011, p.147.

⁷⁹ IAMAMOTO, 2011, p.147.

⁸⁰ IAMAMOTO, 2007, p.144.

processo de acumulação de forças que procura avançar historicamente no horizonte da igualdade⁸¹.

Em cada momento histórico as manifestações da questão social assumem novos contornos, se renovam, ampliam e se tornam ainda mais complexas, suas novas contradições remetem a problemáticas particulares e desafiantes para o seu enfrentamento pela via exclusiva do acesso a benefícios vinculados à inserção produtiva no mercado de trabalho. Neste âmbito, é necessário que o Estado assuma a sua função social e o desafio de superar as estratégias utilizadas pelo capital para gerar o a acumulação, uma das principais causadora da manifestação da questão social.

Neste sentido, se encontra a população em situação de rua, no qual, esta população são provas vivas de que a exploração e a desigualdade estão no centro da produção, um fenômeno que não pode ser compreendido isoladamente, uma vez que a pessoa em situação de rua não é atendida nos âmbitos da saúde, da alimentação, do trabalho, da qualidade ambiental, do lazer, dos meios de transporte, e não somente no que se refere à moradia.

⁸¹ IAMAMOTO, 2008, p. 145.

II CAPÍTULO - A CONFIGURAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO MUNDO ANTIGO À CONTEMPORANEIDADE E AS FORMAS UTILIZADAS PELO ESTADO PARA SEU ENFRENTAMENTO

3.1 O contexto histórico social da população em situação de rua

A população em situação de rua é um fenômeno complexo, que sempre esteve presente nas cidades, embora não tenha sua origem na contemporaneidade, é intimamente agravado por algumas das principais características que conformam o mundo atual provocada pela combinação de diversos eventos econômicos, políticos, sociais, possuindo ligação estreita com os processos de urbanização, de crescimento das cidades e respectivamente, com o desenvolvimento do capitalismo globalizado, a precarização das relações de trabalho, o desemprego, a individualização exacerbada e outras⁸².

Neste contexto, a desigualdade e a pobreza é um produto histórico na sociedade em que se modifica no espaço e no tempo, e a população em situação de rua, por sua vez, constitui um segmento social que expressa uma situação limite de pobreza.

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, o conceito de população em situação de rua é um grupo:

Populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória⁸³.

Contudo, “o que todas as pesquisas revelam é que não há um único perfil da população em situação de rua, há perfis; não é um bloco homogêneo de pessoas, são populações”⁸⁴ em que, neste fenômeno o vincula-se à estrutura da sociedade capitalista, em meio a um conjunto de desigualdades sociais que excluem do mercado formal de trabalho um número considerável de pessoas.

⁸² PEREIRA, 2009, p.199.

⁸³ BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.053/2009, art.1º, Parágrafo Único, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

⁸⁴ ESCOREL, 2000, p.155.

Portanto, a reprodução do fenômeno da população em situação de rua vincula-se ao processo de acumulação do capital no contexto da produção, sendo estigmatizados pelos sinais exteriores da sua condição social esta população em geral é atingida na sua subjetividade tanto individual quanto coletiva, pois em sua trajetória de vida, a pobreza, a discriminação social e exclusão se faz presente no afastamento da tomada de decisão sobre a própria vida, torna-se uma condição permanente sendo resultado das exclusões acumuladas.

Segundo Geremek⁸⁵ na Idade Média este segmento era de caráter migratório, sendo aceitável como uma condição passageira. Entretanto, ao final da Idade Média, após crises econômicas e sociais agravaram a miséria, como afirma Pereira é considerável

a vida nas ruas das cidades é, antes de tudo, fruto da expropriação de camponeses e da escassez de empregos devido a mudanças econômicas profundas. As crises monetárias (provocando a mobilidade por sobrevivência econômica e trabalho); os deslocamentos consequentes dos efeitos de grandes desgraças sociais, como guerras e epidemias, catástrofes naturais, mudanças políticas, constituem fatores conjugados que podem explicar a situação rua, mas os deslocamentos tinham e têm um motor inicial, na maioria das vezes⁸⁶.

O fenômeno população em situação de rua tem sua origem marcada nas sociedades Europeias com a “expropriação dos produtores rurais e camponeses e sua transformação em assalariados”⁸⁷ para atender as necessidades do capital industrial que começava a surgir, entende-se que o fenômeno teve sua origem histórica marcada na sociedade a partir do momento em que a sociedade Europeia passou a vivenciar um processo de reformas com a Revolução Industrial⁸⁸ no final do século XVIII, com a expulsão dos trabalhadores rurais e camponeses de suas terras, e assimilação insuficiente desta população nas indústrias, deixando-os em situação de pobreza extrema, em que, “muitos se transformaram em mendigos ou ladrões, principalmente por forças das circunstâncias, fazendo aparecer o

⁸⁵ GEREMEK, 1995 *apud* PEREIRA, 2009, p.192.

⁸⁶ PEREIRA, 2009, p. 179 – 205.

⁸⁷ SILVA, 2009, p. 96.

⁸⁸ A Revolução Industrial é o conjunto de transformações tecnológicas, econômicas e sociais ocorridas na Europa (principalmente na Inglaterra) nos séculos XVIII e XIX e que deram origem ao sistema fabril e do modo de produção capitalista. Surgiu com o aperfeiçoamento de máquinas de fiação e tecelagem e pela invenção da máquina a vapor, da locomotiva e de máquinas-ferramentas (CHIAVENATO, 2000, p. 35).

pauperismo. É neste contexto que se origina o fenômeno população em situação de rua”⁸⁹.

A partir do desenvolvimento do capitalismo, em meio sua produção e reprodução ocorrem no processo uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva que mantém a oferta e a procura de trabalho em sintonia com as necessidades de expansão do capital. Sendo assim, o surgimento da população em situação de rua é caracterizado pelas desigualdades e a pauperização, constituindo esta uma questão provocada pela falta de obtenção dos bens necessários que atendam minimamente as necessidades básicas das pessoas.

Portanto, as condições histórico-estruturais que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que deram origem ao capital e asseguram a sua acumulação⁹⁰, resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais de cada país. “O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho”⁹¹.

No Brasil, apesar de não haver estudos sobre a origem e o resgate histórico deste fato, nota-se que a partir de 1970 este fenômeno torna-se mais visível, havendo em seu contexto histórico diferentes leituras, em períodos distintos a respeito da situação vivenciada pelos sujeitos.

Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. Neste contexto cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa⁹².

Analisa-se uma discrepância no processo de crescimento da sociedade e uma transformação estrutural com desigualdades consideráveis nas oportunidades, riquezas e distribuição de renda, que não são significativamente suavizadas pelo desenvolvimento. Entretanto, na sociedade há uma pequena fração da população

⁸⁹ MARX, 1988b *apud* SILVA, 2009, p.25.

⁹⁰ Sobre a expropriação da grande massa da população constituir a pré-história do capital e a forma de acumulação primitiva do capital (MARX, 1988b, p. 828-882).

⁹¹ SILVA, 2009, p. 27.

⁹² SILVA, 2009, p. 27.

que tem acesso a uma parcela substancial da produção de bens e serviços, e uma maior proporção da população é forçada a sobreviver com o restante. Tal situação torna-se mais complexa quando o crescimento da economia resulta em acelerada urbanização.

Segundo Tiene “a mulher e o homem são levados a morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida”⁹³. Entende-se que viver nas ruas, não é uma opção individual, mas uma circunstância determinada pela sociedade de classes, organizada de modo a priorizar o atendimento das necessidades do capital em detrimento das demandas sociais.

Assim, Snow e Anderson, afirmam que o mundo social dos moradores de rua constitui-se em uma subcultura, ainda que limitada ou incompleta. Trata-se de um mundo social que não é criado ou escolhido pelas pessoas que vivem nas ruas, pelo menos inicialmente, mas para o qual foram empurradas por circunstâncias alheias ao seu controle. Partilham, contudo, do mesmo destino, o de sobreviver nas ruas e becos das grandes cidades⁹⁴.

Para Vieira et. al., a rua pode possuir dois sentidos diferentes para quem a vivencia: pode ser uma forma de abrigo para as pessoas que não possuindo recursos utilizam-se dos espaços públicos para dormir ocasionalmente; ou ainda, pode “constituir-se em um modo de vida, para os que já têm na rua o seu hábitat e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações”⁹⁵.

De acordo com Silva, há uma discussão complexa do fenômeno, entretanto, existem condições ou características comuns que permitem identificar as pessoas em situação de rua como um grupo populacional diferenciado, pontuando como marcante a extrema pobreza, não se delimitando apenas a população em situação de rua, pois esta característica vincula-se a estrutura da sociedade capitalista como um fenômeno socialmente produzido, no contexto da produção de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reservas para atender às necessidades de expansão do capital⁹⁶.

A segunda condição são os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, sendo diversos motivos contribuintes para a interrupção ou fragilização desses

⁹³ TIENE, 2004. p. 19.

⁹⁴ SNOW e ANDERSON, 1998, p. 77.

⁹⁵ VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1994, p.93.

⁹⁶ SILVA, 2009. p. 125.

vínculos. A terceira condição é a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária, assim como a inexistência de trabalho regular e o consumo frequente de álcool e outras drogas⁹⁷.

São de diversas ordens os motivos que os levam a buscar a rua como estratégica de sobrevivência, mas a quase totalidade está associada a problemas de ordem econômica, que se materializam não só no desemprego e impossibilidade de custear alimentação e moradia, mas na fragilização dos vínculos familiares⁹⁸.

Restando àqueles denominados por Castel⁹⁹ como “sobrantes”, pessoas anuladas pela circunstância, como consequência das novas requisições de concorrência, de competitividade, e da redução de oportunidades e de emprego, fatores que formam a situação atual, em que, não há mais lugar para todos na sociedade. O que seria responsabilidade coletiva, agora se define como uma situação individual.

A população em situação de rua expõe as contradições básicas do modo capitalista de produção: o engano de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo as pessoas em situação de rua testemunhas vivas de que a exploração e a desigualdade estão na essência deste modo de produção.

A crise do mundo do trabalho na contemporaneidade potencializa a questão social, pois segundo Iamamoto¹⁰⁰ o trabalho encontra-se no centro da questão social: tanto as formas de trabalho, quanto a apologia do trabalho, ou seja, sua louvação ou beatificação expressa na ética do trabalho. Pesquisas confirmam que estas mudanças contribuíram para o crescimento do fenômeno população em situação de rua. Conforme Frangela:

Há um aumento de pessoas na rua em decorrência do agravamento da situação socioeconômica; e um gradual adensamento da teia de atendimento a essa população, abrindo espaço para sua visibilidade política. Tal processo revela o efeito dos problemas socioeconômicos sobre o habitante das ruas, a complexidade de fatores que o envolve, e sua captura nas redes dos movimentos urbanos sociais e políticos¹⁰¹.

⁹⁷ SILVA, 2009. p. 130-133.

⁹⁸ PRATES, REIS E ABREU, 2000. p.153.

⁹⁹ CASTEL, 1997, p. 19-40.

¹⁰⁰ IAMAMOTO. 2008. p. 140.

¹⁰¹ FRANGELA, 2009, p. 67.

O desemprego potencializa a desigualdade social, leva o sujeito à margem da sociedade, provoca a esta parcela da população a mais humilhante das condições humanas, esta parcela está banalizada, pois perante a sociedade capitalista as políticas sociais já são suficientes, e tal fato (o desemprego) é natural, consequência lógica e necessária à permanência do capital.

(...) pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta¹⁰².

O fenômeno população em situação de rua constitui uma composição de múltiplas determinações, sendo um fenômeno inerente à sociedade capitalista, significando que este fenômeno não se explica a partir de um único determinante. Constitui-se uma expressão radical da questão social, que se consolida e dá visibilidade a ferocidade do capitalismo sobre o ser humano, dominando-o a condições extremas de degradação da vida. As pessoas que se encontram em situação de rua são estigmatizadas, enfrentam o preconceito, e a tendência a naturalização do fenômeno por parte da sociedade.

É muito comum que as pessoas em situação de rua sejam responsabilizadas pela situação em que se encontram, em geral são consideradas pessoas com “falhas” de caráter. Outras vezes, são tratados como uma ameaça à comunidade. São muito estigmatizados pelos cidadãos da cidade. Eles despertam medo, nojo e descansa¹⁰³.

A sociedade atribui à população em situação de rua uma visão preconceituosa como estigma de valor moral e dignidade, a partir desse ponto alguns adjetivos são utilizados para classificar a pessoa que vive na rua:

(...) vagabundo, mendigo, derrotado, fracassado, pobre-coitado, abandonado, drogado, sofredor, desamparado, desgraçado, esquecido, desiludido, fedorento, discriminado; é uma pessoa sozinha, fora do próprio convívio, fora da constituição, sem direitos, esquecida pela sociedade, sem

¹⁰² SILVA, 2006, p.95.

¹⁰³ SILVA, 2009, p.120.

ajuda, sem apoio, sem perspectiva, sem futuro, sem sossego, sem direito, uma imperfeição criada, um ninguém, semelhante a um rato¹⁰⁴.

Sofrendo, segundo Castel¹⁰⁵, processos de desestabilização, como a degradação das condições de trabalho e a fragilização dos suportes de sociabilidades, os moradores e moradoras de rua acrescentam ainda a seus sucessivos processos de perdas, o rompimento dos vínculos familiares como uma das situações causadoras de sua condição de estar na rua. Segundo Bulla e Oliveira,

em sua fala, os sujeitos demonstram que a caminhada por eles percorrida foi sempre permeada por esta carência de realização própria, propiciando um clima de frustração humana desde a tenra infância. A frustração relaciona-se tanto à questão do não acesso aos recursos materiais, mas também aos aspectos subjetivos, que estão relacionados ao processo dos relacionamentos e trocas afetivas, bem como as capacidades de desenvolver uma auto-estima elevada e operacionalizar a organização do grupo familiar no contexto em que está inserido¹⁰⁶.

A população em situação de rua, por não possuir uma disciplina cotidiana ou seguir os preceitos desta sociedade, não significa que vivam sem regras, moralidade ou ética, pelo contrário, como se pode apreender a partir da concepção de Vieira et. al.,

Ser morador de rua não significa apenas estar submetido à condição de espoliação, enfrentando carências de toda sorte, mas significa, também, adquirir outros referenciais de vida social, diferentes dos anteriores baseados em valores associados ao trabalho, à moradia, às relações familiares¹⁰⁷.

Em sua maioria, a população em situação de rua, não se organiza de forma coletiva em prol de interesses comuns para toda população, tal isolamento permite que cada um vivencie de forma individual seu próprio problema sem articular entre si os mecanismos objetivos e subjetivos que lhes são comuns. Junta-se também a essa realidade, a invisibilidade vivenciada por essa população, que não é nem mesmo incluída nos censos demográficos brasileiros e de outros países, fundamentalmente porque a coleta de dados dos censos é de base domiciliar.

¹⁰⁴ UFRGS/LABORS, 2008, p. 121

¹⁰⁵ CASTEL, 2000, p. 46.

¹⁰⁶ BULLA; OLIVEIRA, 2004, p.146.

¹⁰⁷ VIEIRA, et. Al. 2004, p. 96.

Contudo, o simples fato de estar nesta condição os subjugam, estigmatizando-os com preconceito e da discriminação.

A exclusão social é um produto das sociedades contemporâneas fragmentadas (...) e significa um status discriminatório aplicado institucionalmente, que se agrega a certos processos de marginalização, devido ao desemprego e às transformações dos sistemas sociodemográfico e dos sistemas de emprego¹⁰⁸.

De acordo com Faleiros, dentro da sociedade capitalista há uma dicotomia entre inclusão e exclusão, pode-se referenciar aqui a população em situação de rua, no qual, o autor define exclusão, como “negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território”. Logo, a exclusão é um processo decorrente da exploração e dominação, parte estruturante da vida das pessoas e coletividades¹⁰⁹.

Diante a vivência nas ruas, as pessoas ao enfrentarem esta realidade, formam-se novas possibilidades com sentidos específicos e que funcionam como um referencial em resposta a condição vivenciada, como ilustram Snow e Anderson:

Assim, começa um dia nas ruas. Não é um dia totalmente desestruturado, no entanto. Pode parecer assim do ponto de vista do cidadão domiciliado e, de fato, pode ser devido a essa aparência que a vida de rua seja às vezes romantizada. Mas, do ponto de vista dos que a vivem, a vida de rua tem uma ordem e ritmo definitivos [...] seu caráter distinto reside num conjunto padronizado de comportamentos, rotinas e orientações que são respostas adaptativas à própria situação de rua¹¹⁰.

Na compreensão de Zaluar, os moradores de rua são “considerados e consideram-se o estágio final da degradação humana”, afirmando que estes adquirem a identidade dos ‘caídos’, dos ‘inúteis’, dos ‘fracassados’ ao adentrar a situação de rua. Para a mesma autora, nestes casos há separação das relações sociais constituídas em que eles perdem os “laços sociais com a família, os parentes, os amigos e [na qual estes sujeitos] passam a viver na solidão nômade dos que perderam seus referenciais de organização social”¹¹¹.

Diante da realidade vivenciada pela população em situação de rua, notou-se a necessidade em dar respostas, em passos a favor do início da construção de

¹⁰⁸ MINGIONE, 1998 *apud* ESCOREL, 1999, p. 65.

¹⁰⁹ FALEIROS, 2006, p.4.

¹¹⁰ SNOW; ANDERSON, 1998, p.130.

¹¹¹ ZALUAR, 1994, p.23.

políticas públicas que reconheçam as especificidades da população em situação de rua. A partir disto, é possível acompanhar possíveis avanços que colaboram para o início da construção de um ponto de vista particular à população em situação de rua.

3.1.2 A política de Assistência social como mecanismo de proteção social à população em situação de rua.

A Constituição Federal de 1988 foi um divisor de águas no campo da Assistência Social ao instituir o sistema de seguridade social brasileiro. O reconhecimento da Assistência Social como política pública, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar rompeu com concepções conservadoras de caráter benevolente e assistencialista, constituindo-se, portanto, como um dos pilares do sistema de proteção social brasileiro.

A I Conferência Nacional de Assistência Social realizada em junho de 1993 resultou no encaminhamento da proposta de projeto de lei da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS em 7 de dezembro de 1993 (Lei nº 8.742/1993) que regulamenta os artigos 203 e 204¹¹² da Constituição Federal/88 que definem e garantem os direitos à Assistência Social, assegurando a prioridade da responsabilidade do Estado na gestão, financiamento e execução da Política de Assistência Social. Conforme Paiva,

A inserção da assistência social como política pública integrante da seguridade social, como direito e responsabilidade estatal, complementares à saúde e previdência social, conforme estabelecido na Constituição Federal, nos artigos 194 a 204, tem como desafio responder de maneira decisiva, *em escala de massas*, às necessidades sociais da população brasileira¹¹³.

Logo após a promulgação da LOAS foi a elaboração da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 1995, que expressava “o objetivo desta área de política e, pela primeira vez, definia seus objetivos, diretrizes, funções, usuários, ações e prioridades, dentre outros aspectos relevantes”¹¹⁴. Em 1998 a PNAS foi revista e aprimorada e mais recentemente em 2004, buscando atualizá-la de acordo com as demandas presentes na sociedade brasileira segundo as responsabilidades do Estado.

¹¹² BRASIL, 1988.

¹¹³ PAIVA, 2006, p. 13.

¹¹⁴ PEREIRA, 2006, p.68.

A PNAS reconheceu a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS, através da Lei nº 11.258 de 2005 que determina a criação de programas destinados à população em situação de rua na organização dos serviços da Assistência Social:

Art. 1º O parágrafo único do art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação: Art.23:Parágrafo único. Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; II – às pessoas que vivem em situação de rua (NR)¹¹⁵.

Com base na PNAS, foi aprovada em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que regulamentou a organização em âmbito nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistema descentralizado e participativo, que regula e organiza a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais em todo território nacional, respeitando as particularidades e diversidades das regiões, bem como a realidade das cidades e do meio rural.

Neste sentido, o SUAS organiza e estrutura a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade, bem como a construção de orientações técnicas e metodológicas para o atendimento ao usuário com vistas a garantir a institucionalidade da política pública de assistência social.

A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio da resolução Nº 109 de 11 de novembro de 2009, tipifica os serviços da Assistência Social em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados à População em Situação de Rua na Proteção Social Especial, sendo eles o Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Serviço de Acolhimento Institucional (incluindo adultos e famílias em situação de rua), Serviço de Acolhimento em República (inclui adultos em processo de saída das ruas)¹¹⁶.

O Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que enfoca a intersectorialidade “como

¹¹⁵ Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua (BRASIL, 2005).

¹¹⁶ BRASIL, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009, p.19 - 39.

estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua”¹¹⁷.

Assim, cabe à Assistência Social o desenvolvimento de programas e serviços sociais que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, (Sposati, 1998), bem como atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários, visando a garantir o seu acesso a direitos sociais e o desenvolvimento de sua autonomia¹¹⁸.

A política de assistência social no que tange à população em situação de rua já percorreu um caminho de conquistas e ainda há muito que conquistar, mas é inegável a sua importância em relação à viabilização dos direitos socioassistenciais desta população, tendo em vista todo processo de exclusão a que as pessoas em situação de rua vivenciam dia a dia.

Na contemporaneidade a população em situação de rua constitui-se como uma expressão radical da questão social, que “faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades”¹¹⁹. O conceito população em situação de rua abrange além daqueles que habitam as ruas, aqueles que têm a rua como referência, a partir da qual constituem sua identidade e a construção de sua subjetividade.

A Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua destaca como princípios:

I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua¹²⁰.

Neste sentido faz-se necessário a capacitação dos trabalhadores das diversas políticas para melhor compreensão dos múltiplos fatores que culminaram

¹¹⁷ BRASIL, 2011, p.13.

¹¹⁸ ARGILES; SILVA, 2011, p.5.

¹¹⁹ BRASIL, 2008, p. 3.

¹²⁰ BRASIL, 2009.

no processo da vivência nas ruas, a fim de haver um atendimento qualificado a este segmento da população que já se encontra tão excluído e estigmatizado.

Em relação às diretrizes, a política prevê “a estruturação de rede de proteção incluindo as políticas de saúde, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura, sistema de promoção e garantia de direitos”¹²¹, demonstrando assim, a importância de articular os diferentes tipos de serviços que atendam às demandas desta população e possam contribuir para o processo de superação da vivência nas ruas.

A Política Nacional para inclusão social da pessoa em situação de rua:

Faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re) integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua¹²².

Todavia, implementar uma política nacional capaz de articular as ações em áreas e instâncias diversas e complexas é sem dúvida um avanço e simultaneamente desafiador uma vez que presume o enfrentamento de muitas resistências e correlações de forças ao deparar com a necessidade de investimento efetivo de recursos públicos, humanos e financeiros; superação de muitos limites tais como desarticulação histórica entre as políticas,

Falta de integração e as ações restritas a atenções superficiais, que não investem no fortalecimento e autonomização dos sujeitos, o que demanda o reconhecimento da complexidade da problemática, o planejamento integrado de ações e a sua priorização enquanto intervenção realizada a partir de um conjunto articulado de políticas públicas de estado¹²³.

No entanto, a relação da população em situação de rua com as políticas sociais ainda se apresenta de forma insuficiente, havendo limitações no acesso aos serviços devido à sua burocratização, como também pelas marcas históricas impregnadas na política de assistência social¹²⁴. Nota-se um grande desafio na efetivação das políticas sociais em sua busca pela redução das desigualdades existentes, no que tange à sua concretização nos espaços de ofertas dos serviços socioassistenciais direcionados a este grupo populacional.

¹²¹ PRATES, PRATES, MACHADO, 2011, p. 208.

¹²² BRASIL, Política Nacional para Inclusão Social da pessoa em Situação de Rua, 2008, p. 4.

¹²³ BRASIL, p. 206.

¹²⁴ SILVA, 2009, p. 186.

Na conjuntura estruturante do sistema capitalista determinante da pobreza e das desigualdades sociais na qual a população em situação de rua se encontra, questiona-se qual a função das políticas sociais no capitalismo, e sua possibilidade de eliminar as desigualdades sociais e a pobreza. É polêmico debater sobre as funções e possibilidades das políticas sociais no capitalismo. Silva aponta que o Estado liberal tem as bases de suas políticas fincadas na “igualdade de oportunidades, no livre acesso dos indivíduos aos bens disponíveis, com ampliação de suas capacidades e obrigações no mercado¹²⁵”, sob esta ótica negam-se as políticas de cunho universais e prevalecem as políticas seletivas, residuais.

As políticas sociais possuem caráter contraditório uma vez que atende aos interesses do capital e do trabalho por serem determinadas pela luta de classes¹²⁶, desta forma, podem atender aos interesses da dominação burguesa e aos interesses da ampliação da cidadania, compreendida como

a capacidade conquistada por um (e no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriar de bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana aberta pela vida social em cada contexto histórico¹²⁷.

Neste contexto, as políticas sociais teriam a função de concretizar os direitos sociais com vistas a possibilitar uma maior redistribuição da riqueza socialmente produzida, todavia não extinguem as desigualdades sociais como também não asseguram a plena cidadania, mas podem constituir como caminho para redução das desigualdades sociais se assumidas no âmbito público e institucional como sistemas legais e legítimos de garantia de direitos e não apenas como programas focalizados de combate à pobreza extrema¹²⁸. Assim as políticas sociais devem caminhar pela busca da redução das desigualdades sociais, pela igualdade de condições.

No Brasil prevalece políticas sociais marcadas pela lógica liberal, com profundos limites de cobertura e abrangência sob diversas formas. Em relação à população em situação de rua essas restrições manifestam-se em confronto com suas características e perfil. As exigências formais para que o indivíduo possa

¹²⁵ SILVA, 2009, p. 173.

¹²⁶ FALEIROS 2000a; COUTINHO, 1997 apud SILVA, 2009, p. 173.

¹²⁷ COUTINHO 1997, p. 146.

¹²⁸ BOSCHETTI, 2004, p. 113.

participar dos programas das políticas sociais geralmente constituem limites de acesso pelas pessoas em situação de rua. Nas palavras de Silva,

Uma das exigências formais é a apresentação de documentos de identificação pessoal. No entanto são poucas as pessoas em situação de rua que os tem. Outra exigência formal é o endereço domiciliar. Como cumprir essa exigência se a inexistência de moradia e sustento constituem as principais características dessa população? A esses entraves “burocráticos” de acesso às políticas sociais pela população em situação de rua somam-se: a falta de articulação entre as políticas sociais, as metodologias inadequadas dos programas, a falta de habilidade e capacitação dos servidores públicos para lidarem com esse grupo populacional, além do preconceito social que estigmatiza essas pessoas como “vagabundos”, “desordeiros”, “preguiçosos”, e “bandidos”, fazendo com que sejam consideradas não merecedoras do acesso aos direitos sociais¹²⁹.

Percebe-se que muitas são as restrições de acesso às políticas sociais, as exigências ou os critérios formais destas políticas demonstram a seletividade que as caracterizam, dificultando o estabelecimento de estratégias que ampliem o acesso aos direitos sociais, definindo regras e critérios de escolha. Ao se deparar com as barreiras de seletividade, a população em situação de rua tem sido constantemente excluída do acesso aos serviços ofertados pelas políticas sociais.

Na contemporaneidade, a população em situação de rua no Brasil tem sido alvo de descaso, vítimas do estigma social e “abandonadas à própria sorte” esta população é alvo de violência manifestada por meio da repressão social, discriminação, descaso, desrespeito, além dos limites de alcance e cobertura das políticas públicas a ela destinados.

Muitas são as restrições de acesso da população em situação de rua em relação às políticas sociais, uma vez que não existe no País, a nível federal, nenhum programa sólido direcionado a este segmento populacional, além das poucas ações de proteção social existente restrita à política de assistência social com abrangência limitada que reproduzem práticas conservadoras de segregação social¹³⁰.

Mesmos em meio aos desafios encontrados para que a política de assistência social abarque de forma mais efetiva a população em situação de rua, para que sejam incluídos de forma mais efetiva nos programas e serviços da assistência, para que garanta “a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à

¹²⁹ SILVA, 2009, p. 175 – 176.

¹³⁰ SILVA, 2009, p. 179.

propriedade”¹³¹, mas é reconhecível a sua contribuição para a garantia dos direitos sociais numa sociedade democrática que preza pela garantia dos direitos humanos.

¹³¹ Artigo 5º Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

4 PESQUISA - CONFIGURAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE CARATINGA/MG

4.1 Encaminhamentos Metodológicos

O estudo propôs analisar a realidade da população em situação de rua na cidade de Caratinga-MG e de que forma ela se configura enquanto expressão da questão social. Utilizou-se do método crítico dialético de Marx que busca compreender a articulação das categorias totalidade, contradição e mediação com vistas a compreender a realidade inscrita numa processualidade histórica, dinâmica e “síntese de múltiplas determinações”¹³².

A proposta metodológica deste projeto procurou compreender conceitos e ideias por meio de levantamento bibliográfico através dos dados extraídos da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, e dados sobre a população em situação de rua na cidade de Caratinga – MG.

4.2 Área e local de estudos

A unidade de análise deste estudo é a população em situação de rua da cidade de Caratinga - MG. O município está situado a Leste de Minas Gerais. Trata-se de uma cidade cortada por uma importante rodovia, a BR - 116, proporcionando assim grande fluxo de pessoas que transitam neste território, dentre as quais se encontram pessoas em situação de rua.

Neste município são desenvolvidas ações sociais destinadas a este público através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Casa de Amparo São Rafael, Movimento Social São João Batista – MOVISO, que se constitui como as principais ações assistenciais de atenção à população em situação de rua.

Neste sentido, a realização do estágio no CREAS proporcionou maior conhecimento da população em situação de rua em Caratinga – MG através do acompanhamento pela demanda População em Situação de Rua e Migrantes, ofertando bases para realização do estudo.

¹³² MARX, 1982.

4.3 Métodos de pesquisa e técnicas no processo de construção e análise dos estudos

O aporte metodológico seguiu a linha exploratória com pesquisa *quali/quantitativa*. A pesquisa qualitativa está relacionada com o levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, sobre determinado comportamento etc., é exploratória e pode indicar variações imprevisíveis. A pesquisa quantitativa busca priorizar a frequência e a intensidade dos comportamentos dos indivíduos de um determinado grupo, suas medidas são mais precisas.

A análise dos dados se deu por métodos simples de estatística através de gráficos. Quanto aos dados qualitativos procurou-se analisar através de descrição objetiva, sistemática e qualitativa dos relatos, com vistas a compreender a peculiaridade dos casos e garantir que as respostas apresentadas fossem entendidas em sua essência.

Ao aplicar o questionário foi garantido ao entrevistado/a o direito de solicitar a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Ao sistematizar os dados foi garantida a autenticidade dos resultados obtidos bem como sua ampla divulgação, seja por meio da produção do texto do Trabalho de Conclusão de Curso, seja através de elaboração de artigos científicos ou de outro meio que possa tornar público os resultados obtidos.

4.4 População estudada

A população em situação de rua na cidade de Caratinga – MG foi o alvo deste estudo, uma vez que a mesma se manifesta como uma das expressões mais severa da questão social.

Como citado anteriormente, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome a define como,

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar¹³³.

Neste contexto, durante a fase da pesquisa, foram encontrados diversos grupos de pessoas em situação de rua na cidade de Caratinga – MG, dentre os quais se destacam migrantes, desempregados, dependentes químicos, pessoas com transtornos psiquiátricos, pedintes, e também aqueles que habitam as ruas durante o dia, mas pernoitam em casas de acolhimento ou de algum familiar/amigo.

A busca por esta população se deu no período noturno, nos principais logradouros públicos da cidade. A maior parte estava nas calçadas dos comércios da cidade, com seus poucos pertences, aconchegados em papelões e cobertores e acompanhados de outras pessoas em situação de rua.

4.5 Etapas da pesquisa

O primeiro passo para realização da pesquisa foi o levantamento de dados sobre a população em situação de rua na cidade através do CREAS. Constataram-se trinta e uma (31) pessoas registradas, dentre as quais naturais da cidade de Caratinga e de outras cidades, sendo que durante o processo de construção da pesquisa foram desligados seis (6) usuários do equipamento.

A elaboração do questionário¹³⁴ se deu a partir das questões levantadas durante a elaboração do texto do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Foi aplicado questionário semi estruturado com 19 questões a uma amostragem de 28 pessoas em situação de rua na cidade de Caratinga – MG no período entre agosto a novembro de 2015.

O questionário aplicado teve o objetivo de alcançar os possíveis resultados para analisar a realidade da população em situação de rua e de que forma ela se configura enquanto expressão da questão social.

Nesta direção, procurou-se identificar o perfil desta população através de informações quanto à cor, grau de escolaridade, naturalidade, estado civil, se tem

¹³³ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2006.

¹³⁴ O questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas” (GIL, 1999, p. 128). Em anexo o roteiro do questionário utilizado na pesquisa.

filhos, sobre possível contato com a família, como se alimentam, se possuem algum tipo de renda, se são acompanhados por algum programa de assistência aos cidadãos de rua, quanto ao uso de álcool e/ou droga, além de perguntas sobre as dificuldades enfrentadas nas ruas, aos motivos que acarretaram a vivência nas ruas, sobre o desejo de superar esta situação e a forma que se sentem diante da sociedade.

A partir dos dados obtidos e da sua sistematização foi realizada uma análise com aporte teórico através da bibliografia utilizada na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

4.6 Discussão dos resultados

As duas últimas décadas do século passado e o início deste novo milênio foram marcados por profundas transformações pelo capitalismo, sendo que o trabalho ocupa o centro dessas transformações, tendo como base a reestruturação produtiva, a reorientação das funções do Estado e a financeirização do capital, mudanças no mundo do trabalho que teve como efeito agravamento do desemprego, da precarização das relações e condições de trabalho¹³⁵.

Neste âmbito, tornou-se cada vez mais expressiva a presença de pessoas em situação de rua nos centros urbanos, pessoas que vivem em situação de extrema pobreza.

A história da população em situação de rua remota ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no seio do pauperismo, vinculada à formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva no processo de acumulação do capital, sendo, uma expressão inconstante das desigualdades sociais resultantes das relações capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho¹³⁶.

O município de Caratinga localiza-se a Leste do Estado de Minas Gerais pertence à microrregião vertente Ocidental do Caparaó, situa-se na região da encosta do Planalto Brasileiro ou Atlântico no trecho ocupado pelo sistema denominado Serra da Mantiqueira. Tendo uma população estimada

¹³⁵ SILVA, 2009.

¹³⁶ SILVA, 2009.

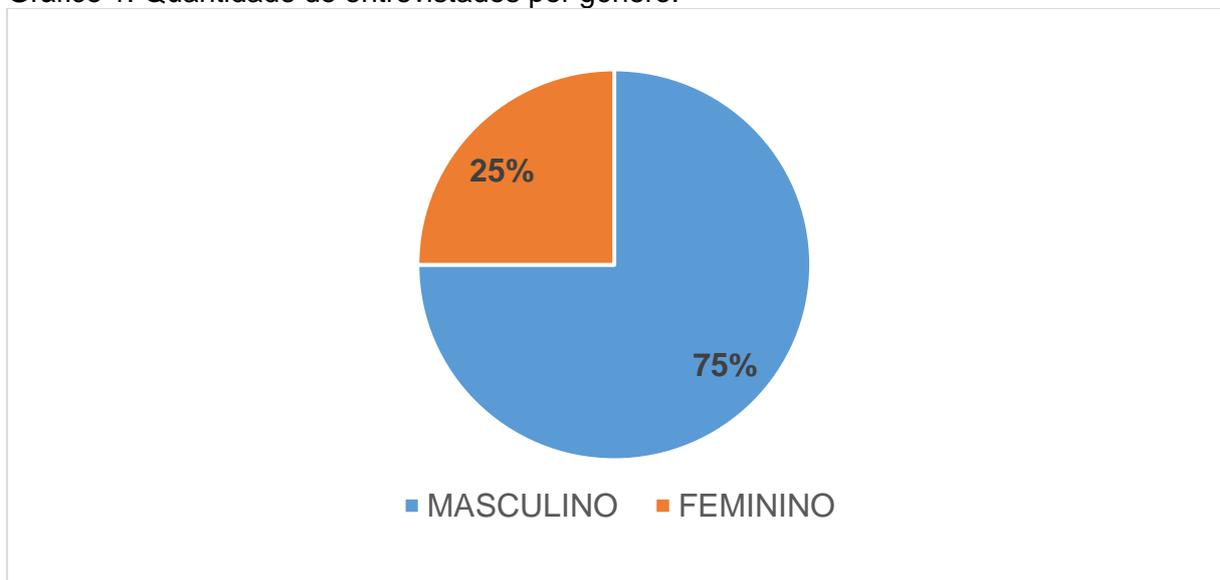
85.239¹³⁷ habitantes. A cidade de Caratinga é cortada pela BR 116, fato que pode facilitar o fluxo migratório de pessoas de outras cidades e Estados do país.

Uma pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS¹³⁸ em 71 municípios brasileiros no período de 2007 a 2008, mostrou que o Brasil tem 31.922 mil pessoas em situação de rua, contudo a estimativa do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) é de que esse número seja de 50 mil pessoas.

Para analisar a configuração da população em situação de rua na cidade de Caratinga – MG foi realizada aplicação de questionários, com suplentes socioeconômicos, a seguir apresenta-se a análise e discussão dos dados da pesquisa.

Primeiramente, de acordo com as informações obtidas a partir deste estudo constatou-se que grande parte das pessoas em situação de rua na cidade é do sexo masculino, sendo 75% do total e 25% sendo do sexo feminino. Observa-se esta informação no Gráfico 1.

Gráfico 1. Quantidade de entrevistados por gênero.



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

Nota-se que o percentual de homens é muito maior que o de mulheres. Isso se dá por diversas razões, incluindo fatores culturais, pois historicamente no Brasil a

¹³⁷ IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

¹³⁸ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar - pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.

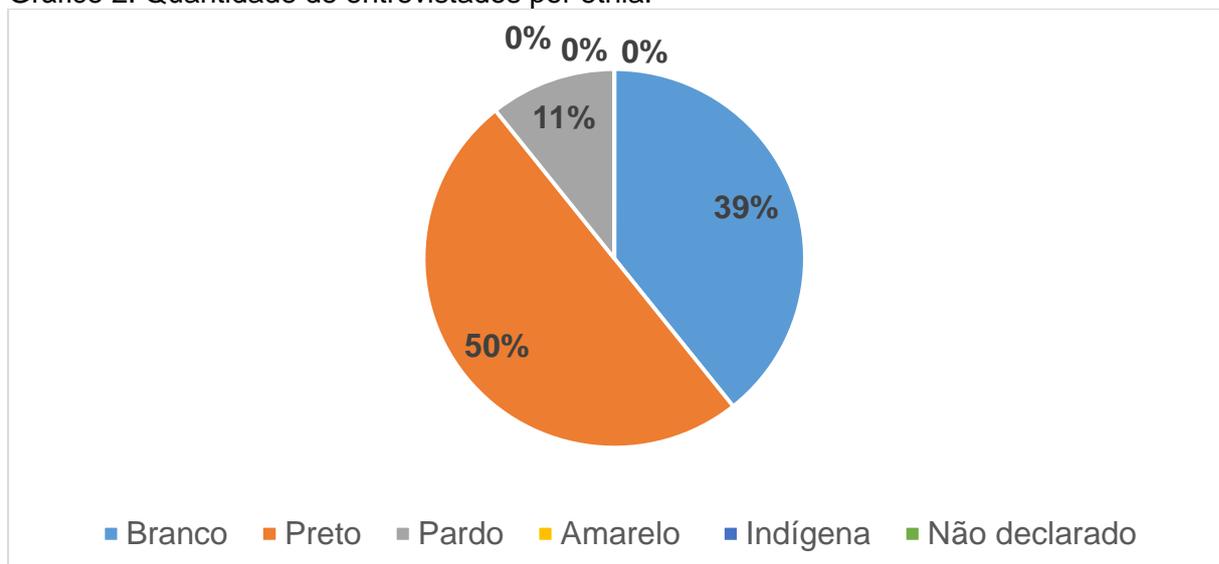
responsabilidade por garantir o sustento da família é atribuído ao homem, e com o aumento do desemprego, muitos se veem pressionados a buscar trabalho e garantir sustento, o que nem sempre conseguem, alguns mudam de cidades ou mesmo saem de casa em decorrência do fracasso em cumprir a tarefa atribuída, o que pode conduzi-los a situação de rua. Como afirma Tiene:

A mulher moradora de rua é minoria, se compara à população masculina. Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre, limitada ao espaço físico e social da casa onde procria e por isso deve viver. Submissa no ambiente doméstico tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua que é um espaço público¹³⁹.

Historicamente a mulher adquiriu a responsabilidade de garantir o cuidado do lar e dos filhos, e esta responsabilidade faz com que não utilizem a rua como forma de estratégia de sobrevivência.

De acordo com o Gráfico 2, 50% dos entrevistados se declararam negros, 11% pardos e 39% brancos. A pessoa negra em situação de rua é excluída do mercado formal de trabalho e conseqüentemente é marginalizada socialmente.

Gráfico 2. Quantidade de entrevistados por etnia.



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

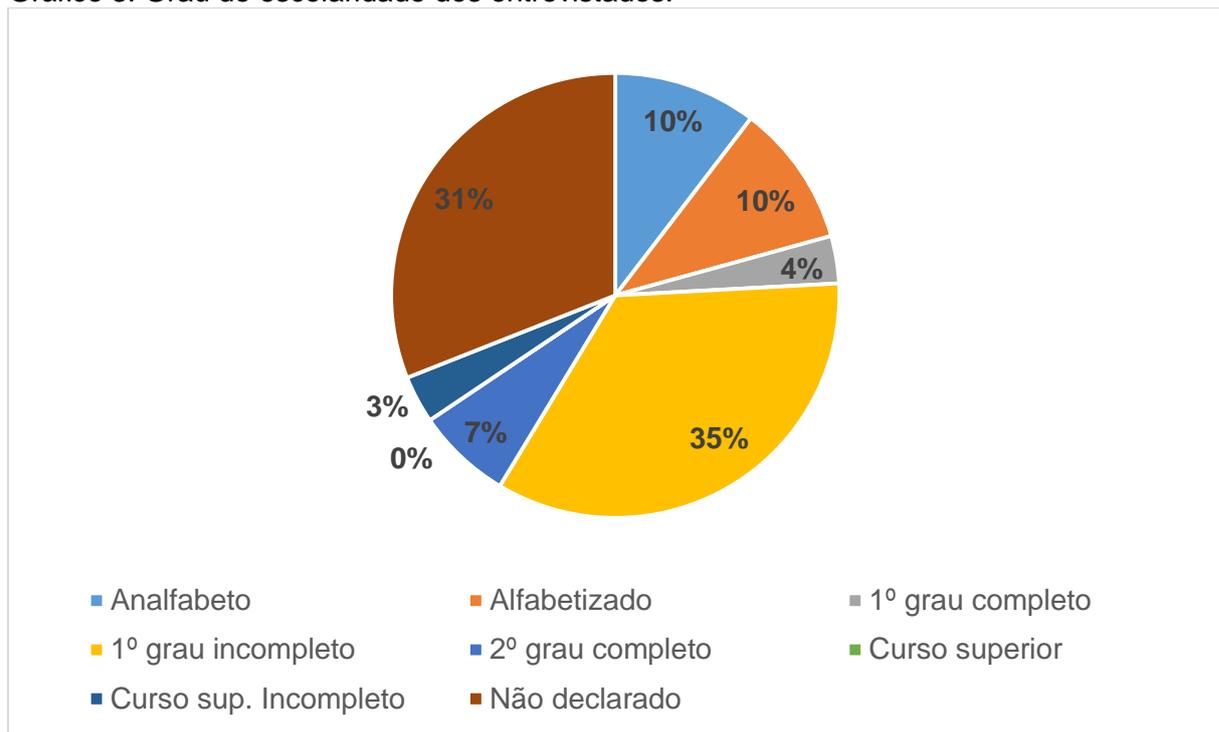
¹³⁹ TIENE, 2004, p.19.

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda o resto de si mesmo¹⁴⁰.

Sob esta ótica, os negros encontram-se isolados das relações sociais, trazem marcas de estigmas e preconceitos que vivenciam ao longo da vida.

Outro aspecto observado é o nível de escolaridade das pessoas em situação de rua, quando somam-se os dados da população em situação de rua que são alfabetizados ou que possui algum grau de escolaridade, indicam que, em média, 59% sabem ler, e 41% entre analfabetos e não declarado. Sendo 35% da população em situação de rua em Caratinga com 1º grau incompleto, apesar deste dado, existe uma elevação do grau de escolaridade, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3. Grau de escolaridade dos entrevistados.



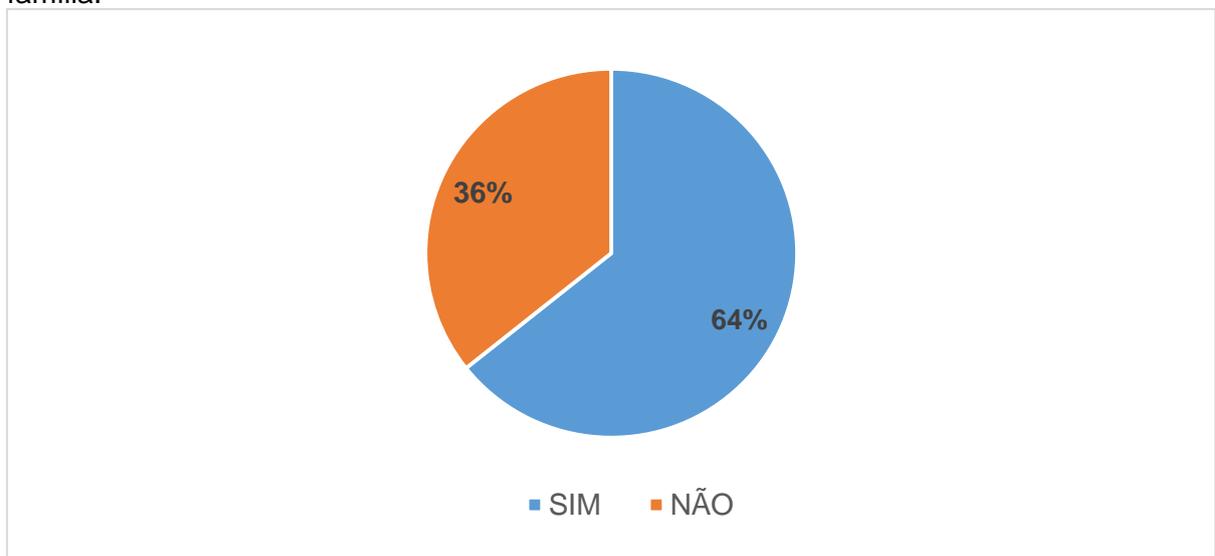
Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

No que se refere ao contato com a família como é possível observar no Gráfico 4, 64% das pessoas em situação de rua na cidade de Caratinga responderam que mantêm contato, mesmo não sendo frequente, já 36% da população não possui nenhum tipo de contato com familiares, este rompimento ou

¹⁴⁰ NASCIMENTO, p. 76, 1974.

fragilização dos vínculos familiares também aparece na análise de SILVA¹⁴¹ quando pondera que, além dos problemas de ordem econômica, existem outras condicionantes e fatores estruturais que podem levar ao rompimento e/ou fragilização dos vínculos familiares, tais como as “desavenças afetivas, fatores ligados à história de vida dos indivíduos, os preconceitos relacionados à orientação sexual, à intolerância às situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas”¹⁴².

Gráfico 4. Quantidade de entrevistados que possuem ou não algum tipo de contato com a família.



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

Nisto, é notável observar a grande maioria se declara solteiro, sendo 61% dos entrevistados, 11% amasiados e divorciados, 3% viúvo e outros 14% não declararam, como podemos observar no Gráfico 5.

A pesquisa constatou que 61% desta população se declaram solteira. A “ausência ou insuficiência de renda para manter seus componentes é sempre um elemento de alta relevância”¹⁴³ e pode ser um dos fatores que contribua para esse dado. Na maioria dos casos os laços familiares não são estabelecidos.

A Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua¹⁴⁴ revelou que a perda de vínculos familiares decorrente do desemprego, da violência, da perda de

¹⁴¹ SILVA, 2009.

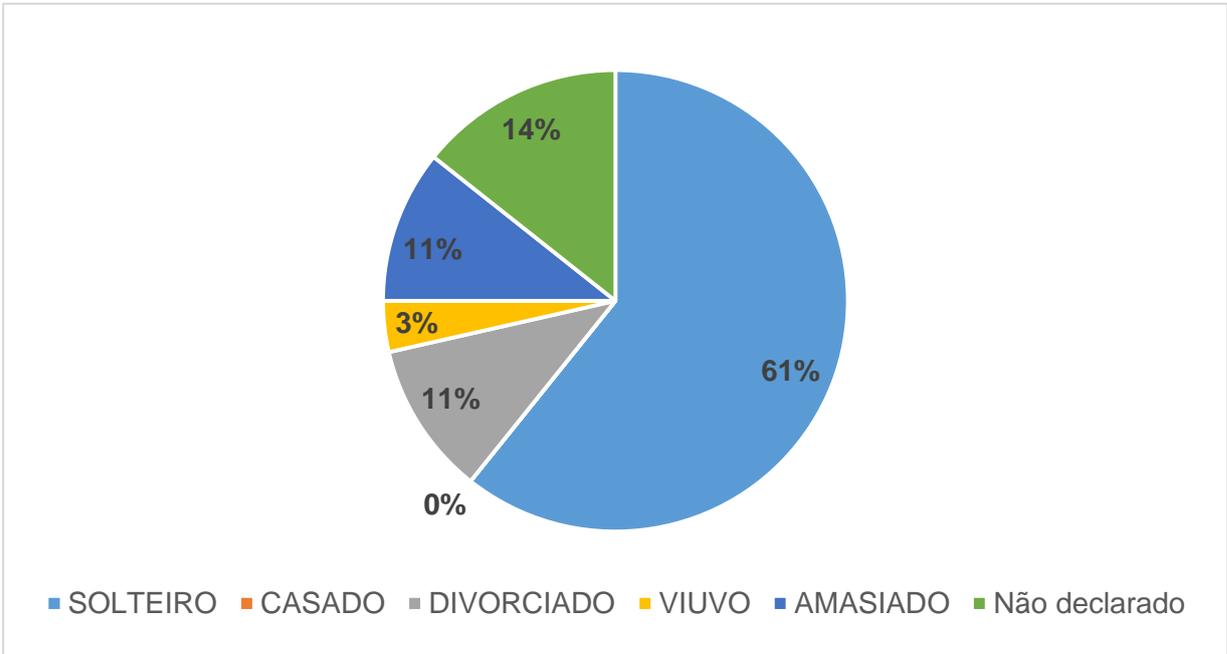
¹⁴² SILVA, 2006, p. 101.

¹⁴³ SILVA, 2009, p. 163.

¹⁴⁴ BRASIL, 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua.

algum ente querido, perda da autoestima, o abuso de álcool e outras drogas e as doenças mentais estão entre os principais motivos que levam as pessoas a morarem nas ruas.

Gráfico 5. Estado civil dos entrevistados



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

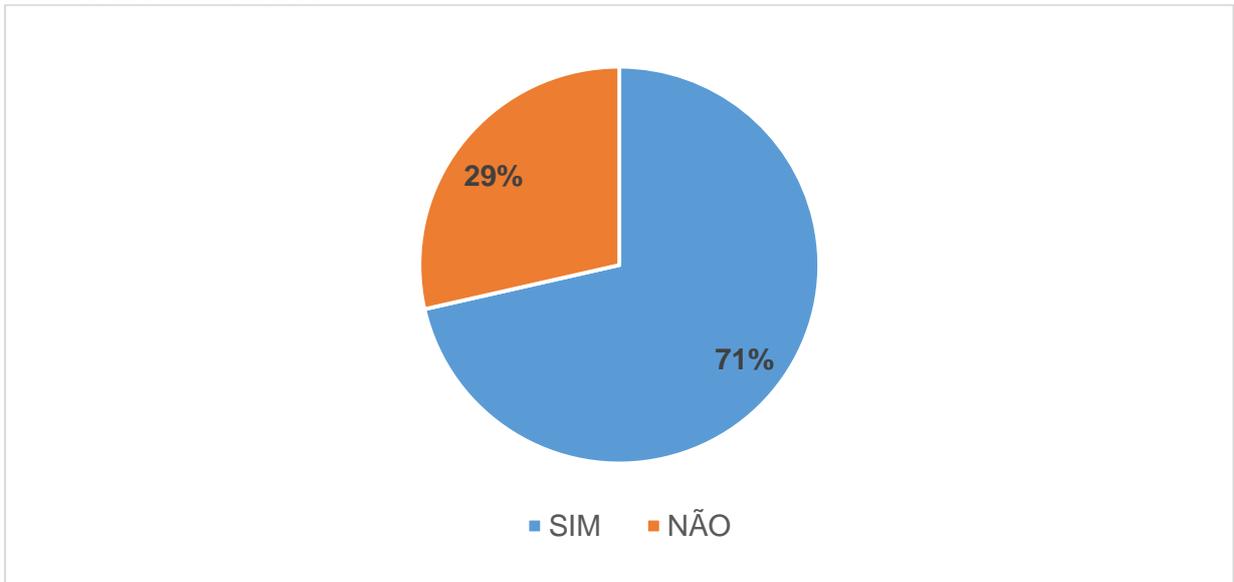
Apesar da maior parte se declararem solteiros, a porcentagem dos que tem filhos também é maior, representando 71% do total de entrevistados (GRÁFICO 6). Isto demonstra que a composição familiar também se modificou nos últimos anos, conforme se lê no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária:

A família nuclear tradicional, herança da família patriarcal brasileira, deixa de ser o modelo hegemônico e outras formas de organização familiar, inclusive com expressão histórica, passam a ser reconhecidas, evidenciando que a família não é estática e que suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer ideia preconcebida de modelo familiar “normal”¹⁴⁵.

Neste sentido, o termo família adquire outros significados na sociedade atual, e para a população em situação de rua não é diferente.

¹⁴⁵ Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006, pg. 29.

Gráfico 6. Possui filhos?



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

Bulla, Mendes e Prates afirmam que:

[...] a perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda de auto estima, alcoolismo, drogadição, doença mental, entre outros fatores, é o principal motivo que leva as pessoas a morarem nas ruas. São histórias de rupturas sucessivas e que, com muita frequência, estão associadas ao uso de álcool e drogas, não só pela pessoa que está na rua, mas pelos outros membros da família¹⁴⁶.

Múltiplos fatores desencadeiam o uso de álcool e drogas pela população em situação de rua. Muitos se tornam dependentes químicos a partir da vivência nas ruas, seja pela convivência com outras pessoas que fazem uso destas substâncias, seja como meio de fuga, como forma de anestesiar a dor que trazem consigo pelos estigmas causados pelo processo de vivência nas ruas.

Tratando-se do segmento pessoas em situação de rua, observa-se um grande número de usuários de álcool e/ou outras drogas que ocupam o espaço público como uma forma de habitar o universo mais próximo da rede de sociabilidade em torno do consumo de drogas. Considerando os diferentes fatores que levam os sujeitos à rua, muitos não foram para a rua com o propósito de usar, mas, ao permanecer neste contexto, passam a utilizar drogas como meio de inserção no

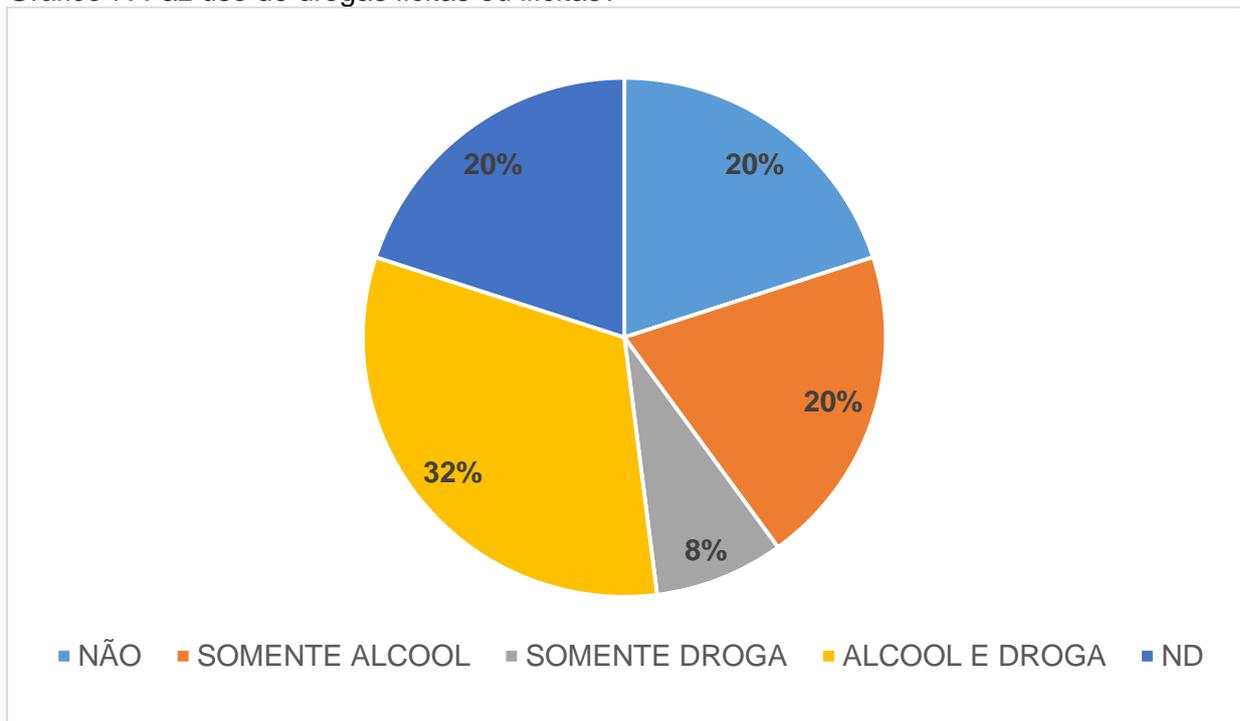
¹⁴⁶ BULLA, et.al.,2004, p. 113-114.

grupo de rua. O que na sequência contribuiu para que os sujeitos vivam na rua como forma de continuidade do uso das substâncias¹⁴⁷.

Snow e Anderson¹⁴⁸ refletem que há muito tempo o uso e/ou abuso de álcool e outras drogas nos espaços das ruas é parte de dimensões culturais que compõem o estilo de vida de quem vive nas ruas. Para os autores, o uso de drogas, dentre elas o álcool, está para além de um hábito vivenciado e adquirido na história de vida, é anterior, está marcado na cultura das sociedades.

A pesquisa aponta que 60% das pessoas entrevistadas em situação de rua em Caratinga fazem uso de drogas lícitas, ilícitas ou de ambos (GRÁFICO 7), o que foi possível constatar durante a entrevista, onde muitos apresentavam sinal de embriaguez, ou mesmo fazia o consumo durante a entrevista.

Gráfico 7: Faz uso de drogas lícitas ou ilícitas?



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

A entrevista demonstrou que parte da população em situação de rua de Caratinga está inserida na rede assistencial, uma vez que como demonstra os Gráficos 8 e 9, 54% recebe algum tipo de benefício social, dentre os quais destacam-se programas de transferência de renda como o Bolsa Família (46%),

¹⁴⁷ BRASIL, 2010.

¹⁴⁸ SNOW E ANDERSON, 1998.

Benefício para Pessoas em Situação de Rua (45%), além do Benefício de Prestação Continuada – BPC (9%).

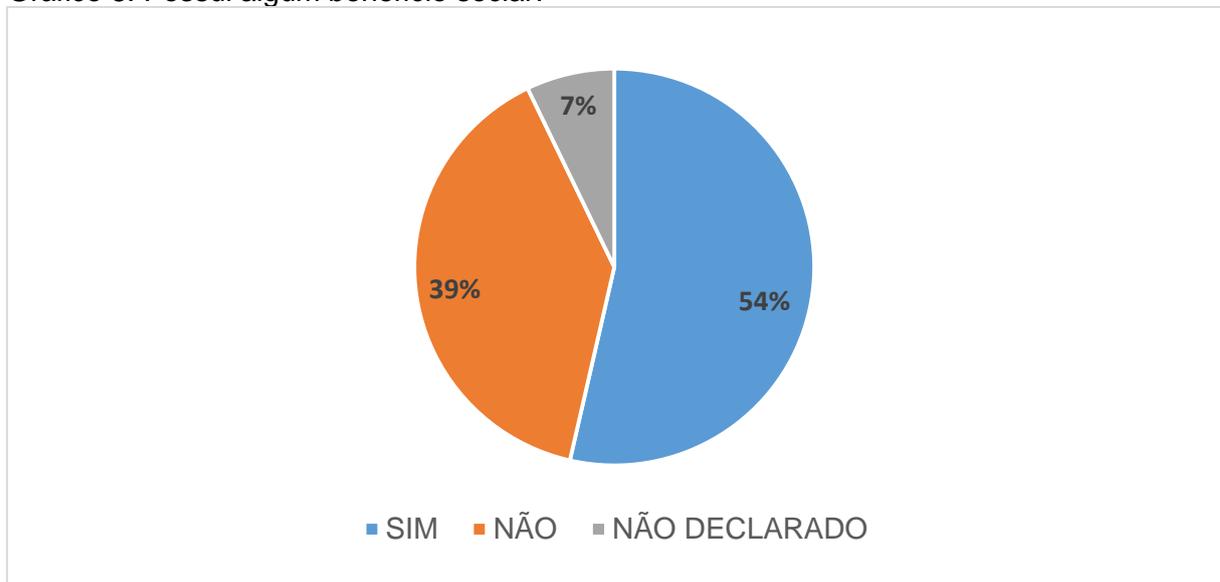
Isto demonstra que mesmo havendo um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito ao acesso da população em situação de rua às políticas sociais,

A política conquistou avanços como a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), “que regulamentou os Artigos 203 e 204 da Constituição Federal, reconhecendo a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais”. Posteriormente, a LOAS recebeu alteração para a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua, por meio da Lei n 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005¹⁴⁹.

De acordo com o pensamento de Iamamoto,

As estratégias para o enfrentamento da questão social têm sido tensionadas por projetos sociais distintos e que presidem a estruturação e a implementação das políticas públicas e que convivem em luta no seu interior¹⁵⁰.

Gráfico 8: Possui algum benefício social?



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

A Constituição Federal de 1988 abriu o caminho para garantia dos direitos através do seu caráter democrático e universal, uma vez que tem suas bases fundadas “nos princípios da participação e do controle popular, da universalização

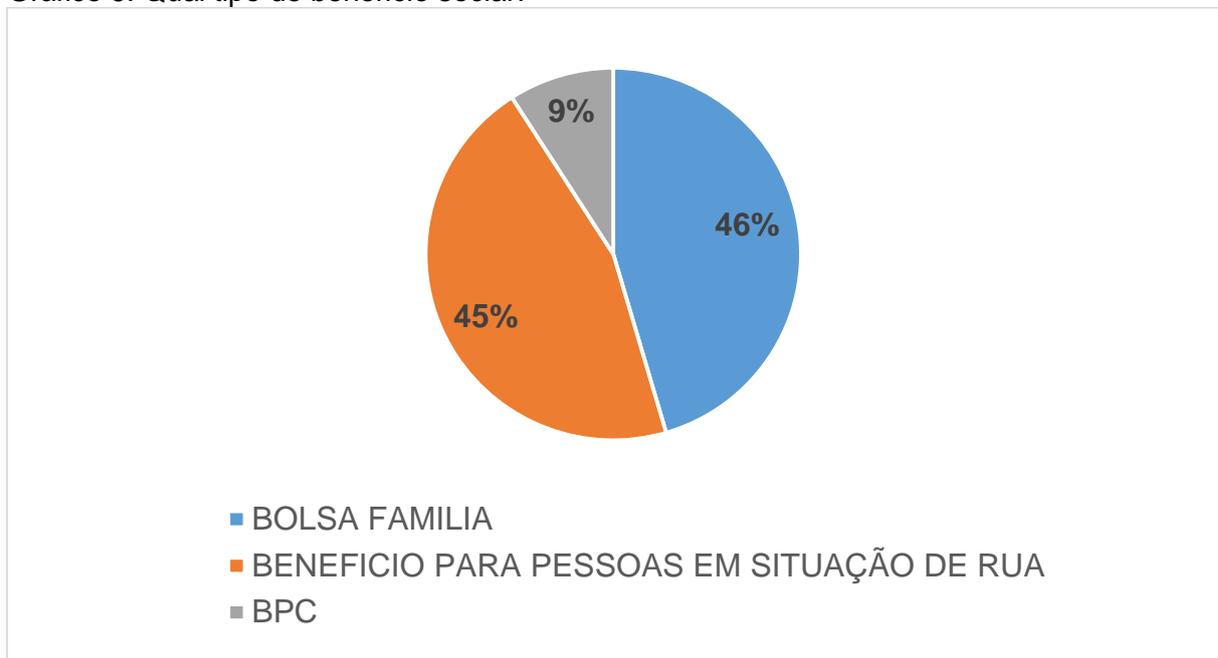
¹⁴⁹ BRASIL, Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008, p.6.

¹⁵⁰ IAMAMOTO 2001, p. 22.

dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso aos serviços, a integridade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade¹⁵¹.

O serviço Social como profissão que enquadra na busca pela efetivação e defesa de direitos, deve prezar, dentre outros princípios pela “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras”¹⁵². Em suma, deve-se lutar por ações que atendam a população em situação de rua, uma vez que estes se constituem como cidadãos de direitos.

Gráfico 9. Qual tipo de benefício social?



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

Quanto aos programas de assistência aos cidadãos de rua, a maior parte (33%) é acompanhada pelo CREAS, um equipamento da Proteção Especial de média complexidade que oferta dentre outros, o serviço especializado para Pessoas em Situação de Rua, como podemos observar no Gráfico 10.

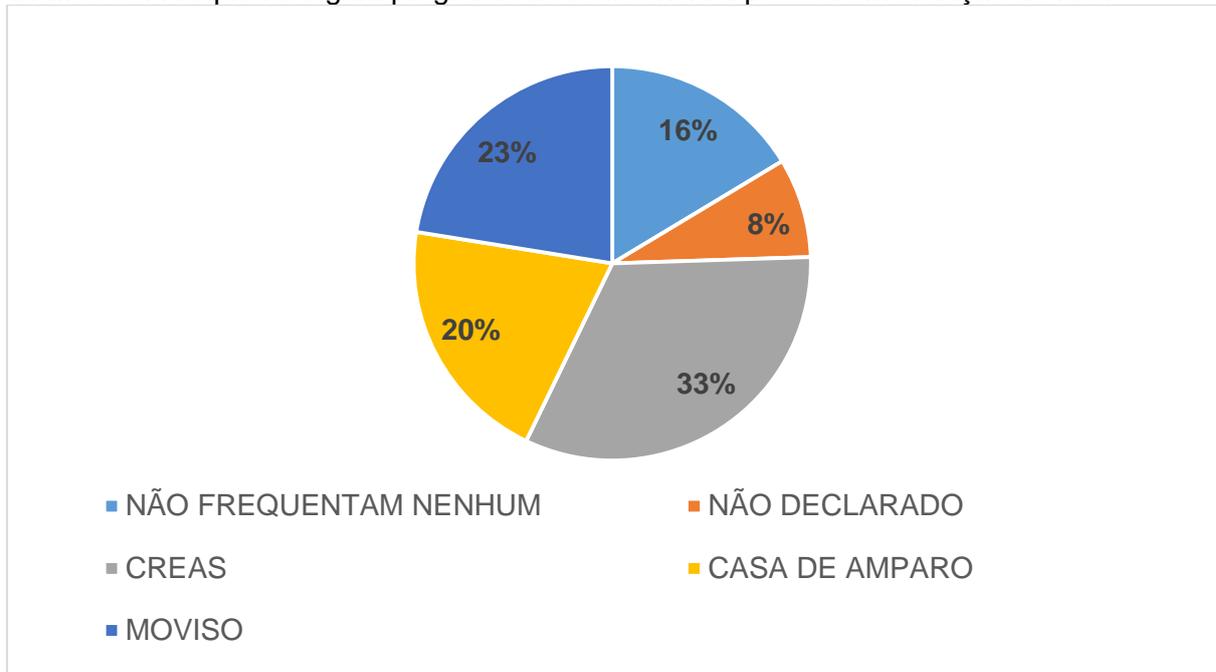
Há também entidades filantrópicas como o Movimento São João Batista – MOVISO (23%) que oferta alimentação (café da manhã e almoço), e Casa de Amparo São Rafael (20%) que oferta acolhimento para pernoite e alimento durante um dia da semana.

¹⁵¹ IAMAMOTO 2001, p. 22.

¹⁵² CEFSS. Código de ética do Assistente social, aprovado em 13 de março de 1993, p. 23.

Na atualidade, há uma tendência a *naturalizar* a questão social “acompanhada das transformações de suas manifestações em objetos de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza” ou em expressões da violência aos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais”¹⁵³.

Gráfico 10. Frequenta algum programa de assistência à pessoa em situação de rua?



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

Neste sentido, deixa de ser objeto de uma ação efetiva do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe trabalhadora. Vigora no Brasil propostas imediatas para enfrentar a questão social, “atualizam a articulação assistência focalizada/repressão, com reforço do braço coercitivo do Estado, em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação”¹⁵⁴.

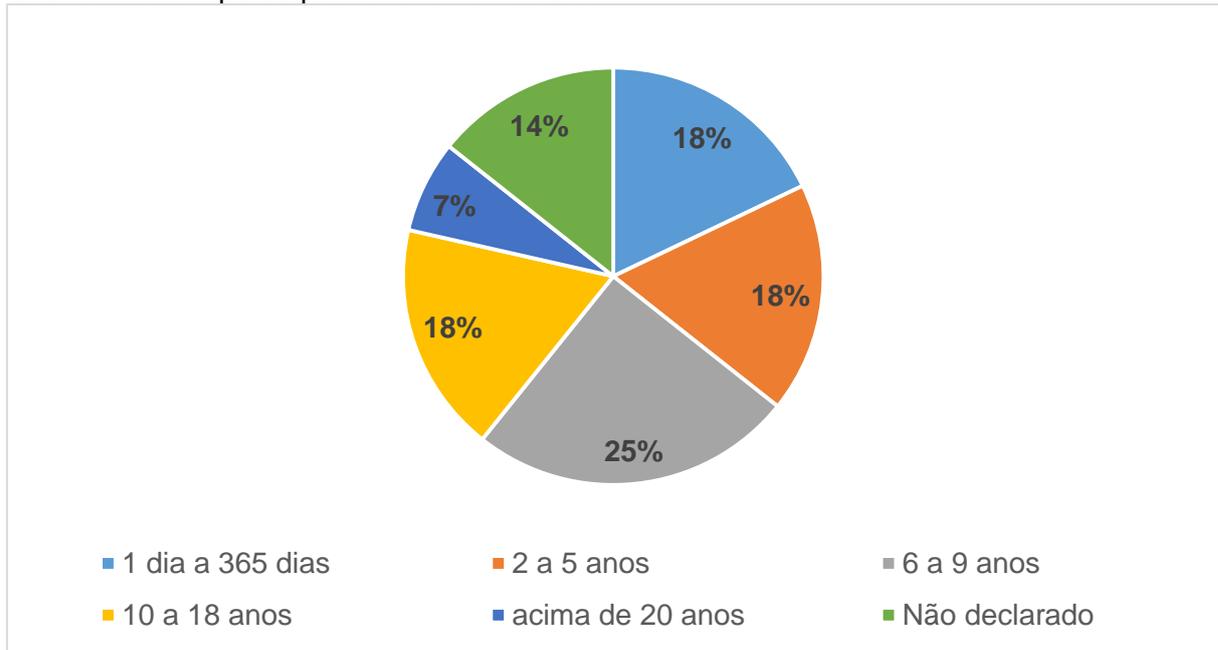
A ausência de ações efetivas por parte do Estado no enfrentamento às expressões da questão social, dentre elas a vivência nas ruas contribui para que as pessoas permaneçam a viver nas ruas, pois não recebe o apoio necessário para superação do processo que vivenciam. Neste sentido, por falta de alternativa, a vida nas ruas vai sendo incorporada por estas pessoas, levando-as a permanecerem nas ruas por um período longo de tempo como demonstra o Gráfico 11 a seguir.

¹⁵³ IAMAMOTO, 2011, p. 163.

¹⁵⁴ IAMAMOTO, 2011, p. 163.

Esta população em estudo expressa as formas mais severas de exclusão: “expulsão, desenraizamento e privação”. Segundo a definição de cientistas sociais como Alcock e Castel, “exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva”¹⁵⁵.

Gráfico 11. Tempo de permanência nas ruas



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

Compreende-se que diversos fatores levaram homens e mulheres a buscarem nas ruas formas de viver. De acordo com relatos dos entrevistados desta pesquisa, o conflito familiar se apresentou como um dos principais fatores determinante da vivência nas ruas: conflitos motivados pelo uso de álcool e/ou drogas, relacionamento conjugal rompido, perda de entes queridos, dentre outros. A busca por emprego também motivou a irem a outras cidades na tentativa de trabalhar, mas ao se deparar com a realidade contrária estas pessoas viram as ruas como alternativa de sobrevivência.

Dos entrevistados deste estudo 18% estão de um dia a um ano vivendo nas ruas, outros 18% estão de dois a cinco anos e de 10 a dezoito anos vivenciando

¹⁵⁵ ALCOCK (1997) e CASTEL (1998) *apud* BRASIL, Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008, p. 03.

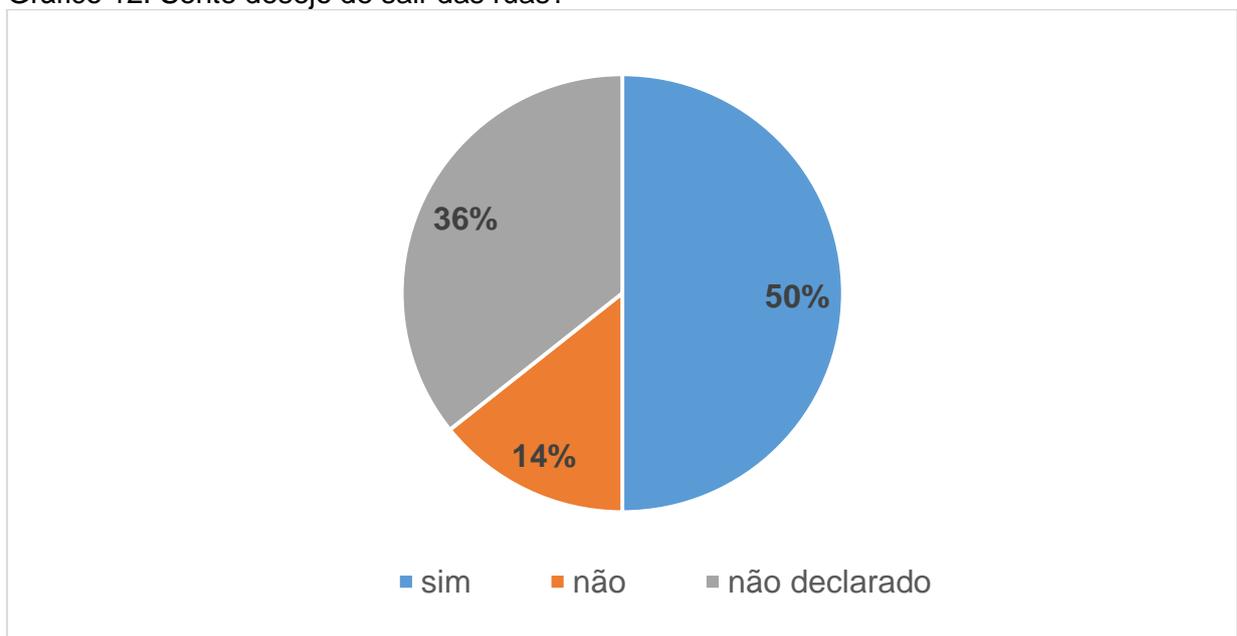
situação de rua. Ainda há aqueles que estão a mais de vinte anos em situação de rua (7%).

Percebe-se que,

a inserção no mundo da rua não se dá de forma repentina. Gradativamente o indivíduo vai abandonando hábitos, costumes e conceitos, para pouco a pouco ir vivenciando e adquirindo um novo entendimento da rua e por que não dizer da vida¹⁵⁶.

Com isto, a população em situação de rua se caracteriza como vítimas dos processos sociais, de um modelo econômico e político excludente. Aveso ao pensamento do senso comum, as pessoas que vivenciam o processo de situação de rua não optaram por um estilo de vida diferente do convencional, mas foram impelidas por diversos fatores que desencadearam tal situação. O desejo de superar a situação de rua foi manifestado pela maior parte dos entrevistados como é possível constatar no Gráfico 12.

Gráfico 12. Sente desejo de sair das ruas?



Fonte: Dados gerados em tabulação, realizado pelas autoras no período de agosto a novembro de 2015 em Caratinga-MG.

A maior parte dos entrevistados (50%) relatou o desejo de superar a vivência nas ruas. Relataram expectativas de vida como a vontade de possuir uma casa, construir um lar, de conseguir emprego, sonhos de cursar faculdade, enfim, estas

¹⁵⁶ VIEIRA; ROSA; BEZERRA, 2004, p. 96.

peças foram empurradas por diversas circunstâncias que ocasionaram a vivência nas ruas, trazem consigo histórias de vida, marcas pessoais, entre outros.

O relato do entrevistado nº 1 quando indagado sobre o desejo de superar a vivência nas ruas demonstra o que é estar em situação de rua quando expressa: “A gente não escolhe viver assim, a gente é obrigado, não tem emprego”¹⁵⁷. Portanto, viver nas ruas se manifesta como uma das expressões mais severas da questão social em nossa sociedade.

Entretanto, há aqueles que declararam não sentir vontade de superar a vivência nas ruas resultando em 14% do total de entrevistados. De acordo com os relatos alguns consideram viver nas ruas como forma normal, também houve relato de um entrevistado que manifestou não conseguir viver em casa.

É importante entender a vivência nas ruas como um processo a ser superado, uma vez que “ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação”¹⁵⁸.

Durante a aplicação do questionário as pessoas em situação de rua relataram como se sentem perante a sociedade. Discriminação, indiferença, rejeição, dentre outros, foram citados como os principais sentimentos que vivenciam perante as outras pessoas da sociedade.

A falta de pertencimento social desta população foi perceptível durante a entrevista. Por não estar inserido no mercado formal de trabalho, não possuir renda fixa e uma residência para viver, esta população se sente a parte da sociedade, não tem consciência de serem cidadãos de direitos. Isto é refletido na fala de um dos entrevistados ao dizer em um de seus relatos “[...] quando eu era gente”¹⁵⁹. Percebe-se que muitos internalizaram a discriminação, exclusão da qual são vítimas no cotidiano das ruas que não se sentem mais como pessoas.

Nisto, o Serviço Social, tende a decifrar as desigualdades sociais, as formas de resistência e rebeldia da população em situação de rua na luta a favor dos direitos sociais constituindo-se em um campo de resgate do protagonismo, pautado no compromisso ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico, visa criar condições na perspectiva de progredir na construção da cidadania social, como instrumento importante para efetivação dos direitos sociais, logo, desenvolver ações

¹⁵⁷ Entrevistado nº 1. Caratinga – MG, 20/11/2015.

¹⁵⁸ PRATES, PRATES, MACHADO, 2011, p. 194.

¹⁵⁹ Entrevistado nº 2, Caratinga – MG 18/11/ 2015.

programas e projetos que traduzam a ideia de articulação para atender com qualidade às demandas da população, proporcionando o acesso dos sujeitos a bens de serviços, inserção no mercado de trabalho e na sociedade.

4.7 Limitações e implicações da pesquisa

Ao realizar a pesquisa foram encontradas algumas limitações de acesso às pessoas em situação de rua, tais como o clima chuvoso que faz com que essas pessoas busquem abrigo em outros locais que não sejam os pontos estratégicos da cidade. A condição que muitos foram encontrados devido ao uso de substâncias psicoativas também dificultou o diálogo durante a entrevista.

A desigualdade social intrínseca à sociedade capitalista pôde ser discernida claramente nas ruas da cidade de Caratinga, o cenário encontrado demonstrou as contradições existentes enquanto fruto do grande capital, onde duas realidades opostas estavam separadas apenas por uma BR – 116.

De um lado havia um casal em situação de rua expressando em sua vida manifestações severas da questão social, relatou que estavam com fome, que demoraram a encontrar um local para pernoitar, por motivos de insegurança e do outro lado havia pessoas em um estabelecimento comercial de lazer, comendo, bebendo e aconchegados, duas realidades oposta, uma contradição palpável fruto do sistema capitalista.

É necessária uma compreensão histórica, social, cultural daquilo que representa a vivência nas ruas, uma vez que ao entrevistar a população em situação de rua o pesquisador se depara com histórias de vida fragilizadas, com vínculos familiares e sociais rompidos, falta de perspectivas, de aceitação e reconhecimento de si mesmo na busca incessante de apenas sobreviver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo objetivou analisar a realidade da população em situação de rua de Caratinga-MG e de que forma ela se configura enquanto expressão da questão social. Neste sentido buscou compreender os reflexos da questão social oriunda do capitalismo como fator determinante para a intensificação da vivência nas ruas.

A população em situação de rua constitui um segmento social que expressa um estado limite de pobreza e falta de pertencimento social. Dos entrevistados da presente pesquisa, constatou-se que a falta de oportunidades, o desemprego, exclusão, preconceito, discriminação, pobreza, dentre outros, levaram homens e mulheres a buscarem nas ruas um meio de sobrevivência, viver nas ruas se constitui, portanto, como situação extrema das contradições e antagonismos existentes no âmbito da relação capital/trabalho.

Durante a realização da pesquisa a realidade social na qual se insere a população em situação de rua foi aos poucos sendo desvendada. Compreender este fenômeno requer despir-se de conceitos próprios e “adentrar” no universo desta população no sentido de compreender sua situação não a partir do estado atual no qual se encontra, mas enxergar que a vivência nas ruas não parte de escolhas, mas de circunstâncias que impelem estas pessoas a esta situação.

A contradição existente na sociedade contemporânea é visivelmente notada, onde convive ao mesmo tempo acumulação e miséria. A vivência nas ruas se constitui como uma das expressões mais severas da questão social. O desamparo a que esta população vivencia também é perceptível.

Estas pessoas tornam-se invisíveis no cotidiano das cidades, e a situação de rua tende a ser naturalizada pela sociedade. A precariedade dos serviços públicos também abarca esta população, que subjugadas a viver nas ruas vivencia dia a dia todas as formas de discriminação, preconceito, abandono.

É importante salientar que a vivência nas ruas deve ser visualizada como um processo que pode ser superado, e não como uma condição, o que poderia contribuir ainda mais para a sua naturalização. Ressalta-se a importância de ações, em especial do Estado, que atendam as peculiaridades deste grupo populacional em suas diversas necessidades e demandas. O Serviço Social neste contexto assume um importante papel na busca pelo enfrentamento da questão social que se constitui

como seu objeto, uma vez que atua na mediação entre capital e trabalho, na viabilização da efetivação dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, G. F.; PEINADO, J. *Compreendendo o Kanban: um ensino interativo ilustrado*. Curitiba, Revista da Vinci: vol. 4, n. 1, p. 133-146, 2007.

ALVES, Giovanni. *A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica*. Publicado em 21/09/2012. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historic/>>. Acesso em: jun. 2015.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 1995.

_____. _____. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo. Boitempo, 1999.

_____. _____. 6. ed. Editora Boitempo: São Paulo, 2002.

_____. *Mundo do Trabalho*. Editora Cortez, Campinas, SP. 1997.

_____. *O Toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação)*. Disponível em: <<http://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Antunes,%20Ricardo/Toyotismo%20-%20Ricardo%20Antunes.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. *Manifestações da questão social no Brasil*. Disponível em: <<http://arcus-ufpe.com/files/capmanquebra.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ARGILES, M. S.; SILVA, V. R. *Assistência Social e a População de Rua*. V Jornada de Políticas Públicas. 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

_____. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua*. 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em: set. 2015.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. *Política Nacional de Assistência Social*. MDS-SNAS, 2004.

_____. *LEI Nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. *Política Nacional de Inclusão Social da População em situação de rua*. 2008/ 2009. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>>. Acesso em: out.2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: Meta/MDS, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Perguntas frequentes*. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/centro-pop/populacao-de-rua-institucional>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CONANDA. CNAS. Apoio UNICEF. Brasília, dezembro de 2006.

BRAZ, Marcelo, NETTO, José Paulo. *Economia política: uma introdução crítica*. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRENNER, Robert. *A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão*. In Revista Outubro. São Paulo. 1999. Nº3.

BOITO JR, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2. Ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (Orgs.). *As múltiplas formas de exclusão social*. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004.

CALLINICOS, Alex. *Introdução ao Capital de Karl Marx*. Revista Espaço Acadêmico, nº38, ISSN 1519.6186, 2004.

CASTEL, R. *As dinâmicas do processo de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação*. Cadernos CRH, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

_____. *As Metamorfoses da Questão Social*, Petrópolis, Editora Vozes, 1995.

CASTEL, R. *As armadilhas da exclusão*. In: WANDERLEY, Mariângela; BÒGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. _____. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CEFSS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CEFSS. 1993.

CERQUEIRA FILHO, G. A. *A questão social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COUTINHO, Luciano. *A Terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências da mudança*. Revista Economia e Sociedade. Campinas, SP. 1992.

COUTINHO, C. N. *Notas sobre cidadania e modernidade*. Revista *Praia Vermelha* n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DIAS, Edmundo Fernandes. “*Reestruturação produtiva*”: *forma atual da luta de classes*. Revista *Outubro*, nº 01, 1998. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_03.pdf>. Acesso em: 07 set. 2015.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro; Fiocruz, 1999. 150.

_____. *Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro* In: BURSZTYN, Marcel (org). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Inclusão Social e Cidadania*. 32ª International Conference on Social Welfare. Brasília: 2006.

_____. *A política social do estado capitalista*. 8. Ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2000a.

FRANGELA, Simone. *Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 1ª edição. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima da Silva Grave; VALENTE, Joana; FIALHO, Nádia. *O debate contemporâneo da “questão social”*. IN: III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 2007.

HOLLOWAY, J. *The red rose of Nissan*. *Capital & Class*, v. 11, n. 2, p. 142-164, 1987.

IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *A Era do Globalismo*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização, 1997.

_____. _____. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1986.

_____. _____. 34º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital e fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. _____. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez: 1998.

_____. _____. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. _____. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *A questão social no capitalismo*. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico, 2010*. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=311340>> Acesso em: 22 nov. 2015.

INSTITUTO PRO BONO. *Manual do Terceiro Setor*. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.probono.org.br/arquivos/file/manualterceirosetor.pdf>>. Acesso em: 14 Set. 2015.

LEITE, Gisele. *Neopositivismo, neoconstitucionalismo e o neoprocessualismo: o que há realmente de novo no Direito?* Portal de e-governo, inclusão digital, sociedade e conhecimento. 2012. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/neopositivismoneoconstitucionalismo-e-o-neoprocessualismo-o-que-h%C3%A1-realmente-de-novo-no-di>>. Acesso em: jun. de 2015.

LIMA, Raymundo de. *Para entender o pós-modernismo*. Revista Espaço Acadêmico. Nº35,2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/035/35eraylima.htm>> Acesso em: set. 2015.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital*. Campinas: UNICAMP. 1990.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, volume I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. El capital, libro I, capítulo VI (inédito), México D.F., Siglo XXI, 1978, p. 6.

_____. _____. Livro 1, v. 1, São Paulo: DIFEL, 1982.

MELO, Nildo Aparecido. *Reestruturação capitalista e a base produtiva de Presidente Prudente: Fordismo/Taylorismo e acumulação flexível e as relações com a empregabilidade dos trabalhadores*. n. 8, v.2. UNESP, Presidente Prudente, 2008.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

_____. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editora, 2002.

MONTAÑO, Carlos E. *O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”*. Lutas Sociais (PUCSP), PUC - São Paulo, v. 8, p. 53-64, 2001.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. *Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social*. In: A nova fábrica de consensos: ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Negro e racismo*. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, RJ, Vozes, v. 68, n. 7, p. 65-68, 1974.

NETTO, José Paulo. *Cinco notas a propósito da “questão social”*. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Cristiane C. *A velhice e a deficiência: dupla exclusão, múltipla atenção*. 2004. Tese (Doutora) PUCRS. Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. *A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica*. Revista Urutaguá - academia multidisciplinar-DCS/UEM. Nº24, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/10698/7171>>. Acesso em: ago. 2015.

PAIVA, Beatriz Augusto de. *O Suas e os direitos socioassistenciais: A universalização da Seguridade Social em debate*. Revista Serviço Social e Sociedade, Nº 87. 2006.

PASTORINI, A. *A categoria: questão social em debate*. São Paulo, SP: Cortez, 2004 (Questões da nossa época, v.19).

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. *A crise do modelo de produção taylorista/fordista e a emergência do toyotismo. Pós-modernidade, política e educação*. 2004. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/marcia.html>>. Acesso em: ago. 2015.

PEREIRA, Maria Ângela Rocha. *A Política de Assistência Social*. In Cadernos de Assistência Social: trabalhador. Belo Horizonte: NUPASS, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. *Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania*. Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, nº. 3, 2001.

PEREIRA, Viviane Souza. *Expressões da Questão Social no Brasil e população de rua: notas para uma reflexão*. Libertas, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 179 - 205, 2009.

PRATES, J. C.; PRATES F. C.; MACHADO S. *Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento*. Revista Temporalis, n. 22. Porto Alegre: ABEPSS, 2011.

PRATES, Jane cruz; Carlos Nelson e ABREU, Paulo Belmonte. *Metodologia de Pesquisa para População em situação de rua: alternativas de enfrentamento pelo Poder local*. In: Serviço Social & Sociedade. n. 64. p.135-164. São Paulo: Cortez. 2000.

ROCHA, Silvio Luiz Ferreira. *Terceiro Setor*. Malheiros Editores, São Paulo, 2003.

RUBIN, Isaaklllich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Cleito Pereira dos. *Controle e disciplina na organização capitalista do trabalho*. UFSC, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/19803532.2010n4p127/19843>>. Acesso em: 4 set. 2015.

SILVA, A.C.da et al. *Rua / a casa que a sociedade não reconhece*. 2000. 66 p. Monografia (Graduação) - Associação Educacional Toledo, Presidente Prudente, 2000.

SILVA, Maria Ferreira da. *Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos Sócio-históricos*. Campo Grande, MT: Editora UFMT, 2008.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Trabalho e População em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009. 293 p.

_____. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TELLES, V. S. *Questão Social: Afinal do que se trata?* São Paulo em Perspectiva, 10 (4), São Paulo: SEAD, 1996.

TIENE, Izalene. *Mulher moradora na rua: Entre vivencias e políticas sociais*. Campinas: Alínea, 2004.

TOMAZ, Marianna Andrade. *A questão social no capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade*. IN: VI Jornada Internacional de políticas Públicas. São Luís – MA, 2013.

UFRGS/LABORS. *Cadastro de Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS*. Relatório final, 2008.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). *População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?* São Paulo: Hucitec, 1994.

_____._____.3.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2001.

ZALUAR, Alba. *Essas pessoas a quem chamamos população de rua*. In Cadernos do CEAS. Bahia, n.151, p.22-25, maio/jun.1994.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento tem como objetivo solicitar sua participação na pesquisa sobre **A configuração da população em situação de rua**. Possui como objetivo **de Refletir sobre as expressões da questão social no Brasil contemporâneo oriunda do sistema capitalista e suas contribuições para o aumento da população em situação de rua**.

A pesquisa é desenvolvida pelas alunas pesquisadoras (**Silmara Gonçalves, Thais Miranda**) do 8º período do curso de Graduação em Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga - MG, sob a orientação da Professora Noêmia de Fátima Silva Lopes para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Por intermédio deste Termo, ficam garantidos os seguintes direitos: a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Consentimento do(a) participante:

Eu, _____ de livre e espontânea vontade, concordo em participar desta pesquisa. Autorizo a(s) pesquisadora(s) a me identificar no texto final do trabalho como aluno (a) do curso de Serviço Social da FIC - MG.

Declaro estar ciente das informações constantes deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que, a qualquer tempo, posso solicitar esclarecimentos sobre esta pesquisa; recusar-me a dar informações que julgue prejudiciais à minha pessoa; solicitar a não inclusão de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Fico ciente de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com as pesquisadoras das Faculdades Integradas de Caratinga - MG no curso de Serviço Social. e outra cópia me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Caratinga, ____ de Novembro de 2015

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador (a)

Faculdades Integradas de Caratinga


QUESTIONÁRIO POPULAÇÃO DE RUA / SERVIÇO SOCIAL


1. **Sexo:** a) Masculino b) Feminino
2. a) Branco b) Preto c) Pardo d) Amarelo
e) Indígena f) Não declarado
3. **Grau de escolaridade:** Alfabetizado Analfabeto 1º Grau completo
 2º Grau completo Curso Superior : _____
4. **Naturalidade:** _____
5. **Estado Civil:** a) Solteiro(a). b) Divorciado(a). c) Viúvo(a).
d) Casado(a).
6. **Tem filhos?**
a) Não. b) Sim. Quantidade: _____
7. **Mantêm contato com a família?** Sim Não
8. **Quantas refeições você faz por dia?** _____
- 8.1. **Onde?** _____
9. **Possui algum tipo de renda?**
a) Sim b) Não
10. **Recebe algum tipo de benefício social?** a) Sim. b) Não.
- 10.1. **Que tipo de benefício?** _____
11. **Frequenta algum programa de assistência aos cidadãos de rua, ou é assistido por algum?**

12. **Faz uso de algum tipo de droga?** _____
13. **Tempo de permanência na rua?**

14. **Qual a maior dificuldade que encontra nas ruas?**

15. Possui algum problema se saúde? Faz uso de algum medicamento? Onde é atendido?

O que lhe fez morar nas ruas? _____

Como é viver nas ruas? _____

Sente o desejo de superar a vivência nas ruas? _____

Como se sente diante da sociedade? _____
